



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 32

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 8 DE ABRIL DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 62, § 3º da Constituição e do art. 1º nº IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, nos dias 11, 12 e 13 do corrente, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, 6 de abril de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

SESSÕES CONJUNTAS CONVOCADAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 11 de abril às 21.30:

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.451-66 na Câmara e nº 152-66, no Senado, que amplia o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.002-A-66 na Câmara e nº 322-66, no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e dá outras providências;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.861-66 na Câmara e nº 4-67, no Senado, que abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho — 1ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 34.446.000,00, para atender ao pagamento de vantagens incorporadas a juizes e funcionários aposentados do seu Quadro de Pessoal;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.862-B-66 na Câmara e nº 6-57, no Senado, que autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — para atender a despesa com o pagamento de salário-família a juizes e funcionários aposentados daquele Tribunal;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.876-B-66 na Câmara e nº 6-67, no Senado, que autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 442.486.900, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região — destinado a atender, no corrente exercício, a dotações orçamentárias que especifica consideradas insuficientes;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.231-B-65 na Câmara e nº 212-66 no Senado, que altera a denominação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, para Escola de Museologia "Gustavo Barroso."

Dia 12 de abril, às 15 horas:

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 50-B-63 na Câmara e nº 136-65 no Senado, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.634-B-66 na Câmara e nº 138-66, no Senado, que concede isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-66 (C.N.), que dispõe sobre Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 19-66 (C.N.), que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia e dá outras providências;

Dia 13 de abril, às 21.30:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.663-B-66 na Câmara e nº 148-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 18-66 (C.N.) que dispõe sobre concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências;

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.153-B-64 na Câmara e nº 146-66 no Senado, que proveu sobre o procedimento sumário para os crimes sujeitos à pena de multa ou de detenção até um ano e dá outras providências;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 21-57 no Senado e nº 2.590-B-61 na Câmara, que regula a prestação de alimentos provisionais às vítimas de acidentes pessoais de transportes e seus beneficiários e estabelece outras providências;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.022-B-63 na Câmara e nº 321-63 no Senado, que dispõe sobre o salário-mínimo de menores e dá outras providências.

Dia 13 de abril, às 15 horas:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.171-B-57 na Câmara e nº 23-63 no Senado, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.879-B-62 na Câmara e nº 132-64 no Senado, que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na sustentação da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.906-A-66 na Câmara e nº 266-66, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.859-A-66 na Câmara e 253-66 no Senado, que dispõe sobre a Política Econômica da Borracha, regula sua execução e dá outras providências.

Dia 13 de abril, às 21.30:

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.357-A-66 na Câmara e nº 285-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação da correção monetária, prevista na Lei nº 4.636, de 21 de junho de 1965, a todas as avaliações de que possa resultar a venda forçada de bens;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.976-A-66 na Câmara e nº 270-66 no Senado, que altera sem aumento de despesas dotações do Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.811-B-62 na Câmara e nº 184-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000,00 para a instalação, organização e funcionamento do Estado do Acre e dá outras providências;
- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.879-B-66 na Câmara e nº 7-67 no Senado, que retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966;
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 23-66 (C.N.) que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de abril de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (total):

- 1º Ao Projeto de Lei nº 4.002-A-66 na Câmara e nº 322-66 no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região;
- 2º Ao Projeto de Lei da Câmara nº 3.451-B-66 na Câmara e nº 152-66 no Senado, que amplia o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências;

8º Ao Projeto de Lei nº 3.876-B-66 na Câmara e nº 6-67 no Senado, que autoriza a abertura do crédito suplementar no valor de Cr\$ 442.466.800, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho — 5ª Região — destinado a atender, no corrente exercício, a dotações orçamentárias que especifica;

4º Ao Projeto de Lei nº 3.861-B-66 na Câmara e nº 4-67 no Senado, que abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 1ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 34.446.000, para atender ao pagamento de vantagens a juizes e funcionários aposentados do seu Quadro de Pessoal;

5º Ao Projeto de Lei nº 3.862-B-66 na Câmara e nº 5-67 no Senado, que autoriza a abertura do crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — para atender a despesas com o pagamento de salário-família a juizes e funcionários aposentados daquele Tribunal;

6º Ao Projeto de Lei nº 3.231-B-65 na Câmara e nº 212-66 no Senado, que altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia "Gustavo Barroso".

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto
2	2º	Totalidade do projeto
3	3º	Totalidade do projeto
4	4º	Totalidade do projeto
5	5º	Totalidade do projeto
6	6º	Totalidade do projeto

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de abril de 1967, às 15 horas

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 50-E-63 na Câmara e nº 136-65 no Senado, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências (veto total);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 3.634-C-66 na Câmara e nº 138-66 no Senado, que dispõe sobre isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares (veto parcial);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 1-66 (C.N.), que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios (veto parcial);
- 4º Ao Projeto de Lei nº 19-66 (C.N.), que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências (veto parcial.)

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto
2	2º	§ 3º do art. 1º
3	3º	Inciso III do § 3º do art. 52
4	3º	§ 4º do art. 52
5	4º	§ 2º do art. 59
6	4º	Art. 61

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de abril de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 3.663-D-66 na Câmara e nº 148-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências (veto parcial);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 18-66 (C.N.), que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências (veto parcial);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 2.153-A-64 na Câmara e nº 146-66 no Senado, que prevê sobre o procedimento sumário para os crimes sujeitos à pena de multa ou de detenção até um ano e dá outras providências (veto total);
- 4º Ao Projeto de Lei nº 2.590-B-61 na Câmara e nº 21-57 no Senado, que regula a prestação de alimentos provisionais às vítimas de acidentes pessoais de transporte e a seus beneficiários e dá outras providências (veto total);
- 5º Ao Projeto de Lei nº 1.022-F-62 na Câmara e nº 321-65 no Senado, que dispõe sobre o salário-mínimo de menor e dá outras providências (veto total.).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Parágrafo único do art. 1º
2	2º	§ 6º do art. 7º
3	3º	Totalidade do projeto
4	4º	Totalidade do projeto
5	5º	Totalidade do projeto

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 13 de abril de 1967, às 15 horas

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 3.171-D-57 na Câmara e nº 23-63 no Senado, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências (veto parcial);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 4.769-E-62 na Câmara e nº 132-64 no Senado, que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública (veto parcial);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 3.906-A-66 na Câmara e nº 266-66 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca (veto total);
- 4º Ao Projeto de Lei nº 3.859-A-66 na Câmara e nº 253-66 no Senado, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências (veto parcial.)

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	§ 2º do art. 52
2	2º	Art. 32
3	2º	§ 1º do art. 1º
4	3º	Totalidade do projeto
5	4º	Art. 24
6	4º	Art. 38

SESSÃO CONJUNTA

Em 13 de abril de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º Ao Projeto de Lei nº 3.957-A-66 na Câmara e nº 285-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação da correção monetária, prevista na Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965, a todas as avaliações de que possa resultar a venda forçada de bens (veto total);
- 2º Ao Projeto de Lei nº 3.976-A-66 na Câmara e nº 270-66 no Senado, que altera, sem aumento de despesas, dotações do Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965 (veto total);
- 3º Ao Projeto de Lei nº 4.811-B-62 na Câmara e nº 184-66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000, para instalação, organização e funcionamento do Estado do Acre e dá outras providências (veto parcial);
- 4º Ao Projeto de Lei nº 3.879-B-66 na Câmara e nº 7-67, no Senado, que retifica, sem ônus para a União, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966 (veto total);
- 5º Ao Projeto de Lei nº 23-66 (C.N.), que regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação (veto parcial.)

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto
2	2º	Totalidade do projeto
3	3º	Art. 4º
4	4º	Totalidade do projeto
5	5º	§ 2º do art. 46
6	5º	Art. 74

ATA DA 32ª SESSÃO, EM 7 DE ABRIL DE 1967

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levt
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Duarte Filho
Manoel Villaga
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondim
João Cleofas
José Ermirio
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Lindovico
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Ciso Ramos
Atilio Fontana
Guido Mondin

O SR. LENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão, vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é, sem debates, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

RESPOSTA A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Ministro da Fazenda — Avisos de 5 do mês em curso):

Nº BR-12 — com referência ao Requerimento número 59-67, do Sr. Senador José Ermirio;

Nº BR-13 — com referência ao Requerimento nº 77-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autôgrafos dos seguintes Projetos:

PROJETO

DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, de 1967

(Nº 301-A-66, NA CAMARA)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 9 de agosto de 1966, que denegou registro ao contrato de 25 de maio de 1966 e ao seu termo aditivo de 12 de julho de 1966, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S. A.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, de 1967

(Nº 97-A-61, NA CAMARA)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre Anton Dakitsch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre Anton Dakitsch e a Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para desempenho da função de Técnico em Artes Gráficas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO

DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, de 1967

(Nº 302-A-67, NA CAMARA)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 325.000 (trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda., proveniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro da despesa de Cr\$ 325.000 (trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros), para pagamento à Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Limitada, proveniente de fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO

DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, de 1967

(Nº 303-A-68, NA CAMARA)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 13 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 13 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado as seguintes emendas oferecidas ao Projeto de Lei do Senado número 22, de 1965:

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965.

(Nº 3.818-A-66, NA CAMARA)

Que dá nova redação ao artigo 35 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

EMENDA Nº 1

Dê-se à emenda do projeto a seguinte redação:

"Torna obrigatória referência especial ao respectivo título profissional, no texto do ato de nomeação de Funcionário Público Cível da União para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim em todos os atos administrativos atinentes à sua vida funcional".

EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º do projeto, suprimindo-se o respectivo parágrafo único:

"Art. 1º É obrigatória referência especial ao respectivo título profissional, no texto do ato de nomeação de Funcionário público civil da União, para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim em todos os atos administrativos atinentes à sua vida funcional, observado o disposto no artigo 35 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União)".

Câmara dos Deputados, em 16 de março de 1967.

EMENDA Nº 3

Desdobre-se o artigo 2º do projeto em artigo 2º e artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário".

As Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil.

PARECERES

Pareceres nºs 177 e 178, de 1967

PARECER Nº 177, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 17, de 1967, nº 270-A-67, da Câmara, que altera a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 20 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 13 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O Tribunal de Contas da União, em sessão de 18 de dezembro de 1963, proferiu decisão denegatória de registro ao contrato de empréstimo, sob a garantia do Estado do Espírito Santo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 13 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo.

Art. 1º Fica mantida a decisão do Tribunal de Contas da União, proferida na sessão de 18 de dezembro de 1963, que denegou registro ao contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado em 13 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Governo do Estado do Espírito Santo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Remetido o processo ao Congresso Nacional, na forma e para os fins dos artigos 77, número III, da Constitui-

ção Federal e-56-5-2ª da Lei-830- citada, a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, da Câmara dos Deputados, acatando as razões contidas na Exposição do Ministro da Guerra, houve por bem elaborar o competente Projeto de Decreto Legislativo no sentido de ordenar o registro da reforma do soldado Walter Pereira Barbosa.

Submetida a matéria à deliberação do plenário, daquela Casa foi a mesma aprovada, sem restrições e, em seguida, enviada ao Senado Federal.

Razões ponderáveis militam em favor da concessão da reforma ao soldado Walter Pereira Barbosa, mormente se considerarmos que é o próprio Ministério da Guerra que as invoca e sustenta ao afirmar:

"Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o processo de reforma do Soldado Reservista Walter Pereira Barbosa, cujo registro foi recusado pelo Tribunal de Contas, sob o fundamento de que o parágrafo 3º do artigo 33 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, não ampara a espécie. Inicialmente convém salientar, não foi aplicado ao caso o dispositivo que fundamentou a recusa. O militar em tela foi acidentado em serviço no dia 12 de julho de 1943, e, curado, permaneceu nas fileiras até ser licenciado, por conclusão de tempo, em 10 de fevereiro de 1949. Entretanto, seu Atestado de Origem lhe asseguraria o amparo do Estado se ficasse incapacitado em consequência do referido acidente. A incapacidade só ocorreu e foi verificada em 31 de maio de 1961 pela Junta Central de Saúde que declarou textualmente haver relação de causa e efeito com o acidente sofrido (folhas 34). Em consequência a reforma teria de ser concedida, seja pela lei número 2.370, de 9 de dezembro de 1954 (vigente na data da incapacidade), seja pelo Decreto-lei número 3.940, de 16 de dezembro de 1941 (artigo 76, letra "b", parágrafo 1º), em vigor na época em que o interessado esteve servindo ao Exército".

Faço ao exposto opinamos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1967. — Milton Campos, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — Mário Martins — Aloysio de Carvalho — Josaphat Marinho — Antônio Balbino — Wilson Gonçalves.

PARECER Nº 178, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 8, de 1967 (279-A-66 — na Câmara) que reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida em sessão de 15 de fevereiro de 1962, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao soldado Walter Pereira Barbosa.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

O presente Projeto de Decreto Legislativo visa a modificar decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, no sentido de tornar definitivo o registro de concessão de reforma a Walter Pereira Barbosa, acidentado em serviço no dia 12 de julho de 1943.

A recusa do registro pelo Tribunal de Contas ampara-se no fato do dispositivo invocado não se aplicar à espécie, em face do que dispõem os artigos 33, § 3º e 60, da Lei número 2.370, de 1944.

O Presidente da República, no entanto, acatando razões contidas na Exposição de Motivos do Ministro da Guerra, determinou fosse o registro feito sob reserva, providências que se efetivou na sessão de 14 de dezembro de 1965.

Tratando-se de ato reclamado com insistência pelo interessado,

não vemos, ainda, diante das razões postas na defesa da concessão do registro, motivos que nos autorizem a negá-lo.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Fernando Corrêa, Relator — José Ermirio — João Cleofas — Pessoa de Queiroz — José Leite — Manoel Villaga — Petronio Portella.

PARECER

Nº 179, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao ofício nº 10 — P-MC, de 1966, do Supremo Tribunal Federal, relativo à declaração de inconstitucionalidade do art. 192 da Constituição do Estado de Sergipe.

Relator: Senador Josaphat Marinho

Em parecer preliminar, solicitamos que se oficiasse ao Supremo Tribunal para esclarecimento sobre o alcance preciso do julgado, a que se refere este processo e que declarou inconstitucional o art. 192 da Constituição de Sergipe.

Elucidando a questão, a Suprema Corte informa que "foi declarada a inconstitucionalidade parcial do artigo 192 da Constituição do Estado de Sergipe, no que se refere à isenção de imposto e taxas municipais incidentes sobre os imóveis que especifica".

Diante dos textos da Constituição de 1946 e das Emendas que lhe foram introduzidas, já mencionadas no parecer preliminar, é irreversível a inconstitucionalidade declarada na representação nº 644.

A superveniência da Constituição do Brasil de 1967 não altera a situação, pois também ela reserva aos Municípios o imposto sobre "propriedade predial e territorial urbana" (artigo 25, I) e lhes assegura arrecadar "taxas pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição" (art. 19, II). Demais, pelo novo regime, o poder excepcional de conceder isenções de impostos estaduais e municipais, "atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, somente foi estendido à União, mediante lei complementar. (art. 20, § 2º).

Por isso, e uma vez que as Constituições locais ainda não se adaptaram ao sistema federal recente, cumpre suspender a vigência do art. 192 da Constituição de Sergipe, nos limites definidos no venerando Acórdão.

E' o que propomos no

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35 DE 1967

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal na representação nº 644, a vigência do art. 192 da Constituição de Sergipe, no que se refere à isenção de imposto e taxas municipais incidentes sobre os imóveis que especifica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 1967. — Milton Campos, Presidente — Josaphat Marinho, Relator — Carlos Lindenberg — Antonio Balbino — Lobão da Silveira — Nilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 205, de 1967

Senhor Presidente:

Na forma do Regimento venho solicitar de V. Excia. encaminhar ao Executivo, através do Ministério das Minas e Energia as seguintes informações:

- a) qual a política que a Petrobrás vai adotar na pesquisa e exploração do Sal-gema e cloreto de potássio, encontrados em Carmópolis, Sergipe?
- b) vai a Petrobrás tomar a seu cargo a pesquisa e a exploração desses sais minerais?
- c) a Petrobrás encontrou Sal-gema e cloreto de potássio, dentro da área concessão, fora todavia dos limites do Campo petrolífero de Carmópolis?
- e) No caso afirmativo, esses poços secos de petróleo e ricos de Sal-gema e Potássio, explorados por terceiros, acautelados os interesses nacionais, trarão algum inconveniente à Petrobrás?

Justificação

Estamos com uma riqueza fabulosa no sub-solo de Sergipe sem uma providência para a sua exploração, enquanto isso o Sergipano vive cada dia mais pobre e o país a esgotar-se importando potássio, soda caustica, barrilha e até sal-gema para atender aos deficits da produção nacional de sal-marinho. E' justo que a Petrobrás queira ressarcir as despesas feitas para encontrar esses sais minerais, mas não é justo, nem tão pouco patriótico que a Petrobrás, prenda em suas mãos, por força de uma concessão que excede aos limites dos seus campos petrolíferos, as jazidas que descobriu em Sergipe. E' visando uma diretriz na política de exploração de sal-gema e cloreto de potássio de Sergipe que encaminho este requerimento ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, 7 de abril de 1967 — Senador Leandro Maciel.

REQUERIMENTO Nº 206, de 1967

Solicita informação ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre surto de hidrofobia nos rebanhos bovinos dos Municípios de São Fidélis, Porciúncula e Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, quais as providências tomadas a fim de evitar a propagação do surto de hidrofobia que vem grassando entre os rebanhos bovinos dos municípios de São Fidélis, Porciúncula e Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 207, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação, e Cultura, sobre instalação de um posto para venda de material escolar em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as pro-

vidências tomadas no sentido de instalar um posto para venda de material escolar em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o serviço existente está aquém das necessidades, pois somente se vendem cadernos e outros materiais de menor importância?

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 208, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre preço básico para determinação do valor tributável dos automóveis importados.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, qual o preço tomado por base para a determinação do valor tributável dos automóveis importados, bem como o critério adotado?

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 209, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através da CACEX, sobre aumento do comércio entre o Brasil e a Rússia.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através da CACEX, se houve aumento do comércio entre o Brasil e a Rússia, especificando os produtos importados e exportados.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 210, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através da CACEX, sobre exportação brasileira de algodão em rama.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através da CACEX, se houve aumento das exportações brasileiras de algodão em rama a quais as divisas resultantes da operação proporcionadas ao Brasil?

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 211, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — sobre irregularidades do atual sistema energético de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério das

Minas e Energia — Eleto-brás quais as providências tomadas a fim de se corrigir as irregularidades do atual sistema energético de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, incluindo-se a falta de ciclagem, o péssimo estado da rede (alguns lugares são servidos com fios de arame comuns), a não observância das medidas estabelecidas para ligamentos, etc.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 212, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, sobre instalação da Rede do Plano Piloto de Assistência Médica Rural, em Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, quais as providências tomadas para a instalação da sede do Plano Piloto de Assistência Médica Rural em Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, para prestar assistência aos homens do campo e seus familiares?

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 213, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre receita e despesa com os segurados e seus dependentes, no ano de 1966.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — qual foi a receita resultante da contribuição de empregados e empregadores no ano de 1966, bem como especificar o total da despesa com os segurados e seus dependentes durante aquele mesmo ano.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 214, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF-S.A. — sobre cessão do prédio da antiga estação da E.F. Leopoldina para instalação das dependências da Estação Rodoviária e Prefeitura Municipal de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF-S.A. — sobre os entendimentos havidos para a cessão do prédio da antiga estação ferroviária da E.F. Leopoldina para a instalação da Estação Rodoviária e Prefeitura Municipal de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 215, de 1967

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Departamento de Administração do Pessoal Civil — DAPC — sobre processos de readaptações dos excedentes ferroviários da antiga RMV, transferidos para o DCT — Diretoria Regional de Uberaba-MG — lotados nas Agências de Itabé e Aracá, Estado de Minas.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero a V. Exª sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Departamento de Administração do Pessoal Civil — DAPC — quais as providências tomadas no sentido de solucionar o angustioso problema dos excedentes ferroviários da antiga Rede Mineira de Viação, transferidos "ex-offício" para o DCT — Delegacia Regional de Uberaba — pelo Decreto 51.523 de 1932, lotados nas Agências de Itabé e Aracá, Estado de Minas, os quais, desde 1959, não tiveram seus processos de readaptações solucionados e que desempenham funções superiores aos cargos que, atualmente, estão fixados.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 216, de 1967

Requero à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, as seguintes informações:

- 1º Quantos aviões americanos existem, em serviço, na Base Militar da 6ª Zona Aérea?
- 2º Quais os tipos de aviões e qual o serviço que estão executando nesta região?
- 3º Há quanto tempo começou este serviço na 6ª Zona Aérea?
- 4º Estão sendo feitos serviços de aerofotogrametria e levantamento aerogeológico nesta região e, ainda, estão os aviões equipados com magnetômetros, cintiladores e outros instrumentos de detecção dos produtos minerais no solo?
- 5º Qual a região que está sendo coberta por esses serviços?
- 6º Quais os técnicos brasileiros que estão acompanhando esses serviços e qual a especialização deles?
- 7º Durante quanto tempo ficarão esses aviões nestes serviços?
- 8º Quanto custa à nação brasileira estes levantamentos?
- 9º Se estão sendo levantados mapas de aerofotometria e geológicos, onde estão guardados?

Justificativa

Pelo novo Código de Minas nenhum proprietário do Brasil tem, mais, condições para defender a sua própria propriedade. Além disso, achamos justo que já era tempo de o nosso país possuir um Código de Minas que garantisse, pelo menos a propriedade dos brasileiros. Todos os países civilizados do Globo já contam com códigos dessa natureza expressando essas garantias. A nossa nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967, não define claramente o que é uma empresa nacional, pois, uma vez fundada no Brasil pode ser composta totalmente por estrangeiros.

Em virtude disto, achamos prudente que o Brasil tome as necessárias precauções e não deixar em mãos alheias levantamentos como esse, de grande valor para a nação.

Recente publicação de aerogeologia, da "Gulf Publishing Company", de Houston, Texas, onde se observa como se pode interpretar a operação to-

geológica, hoje equivalente a um perfeito conhecimento, não só da topografia como, também, geológico de uma nação, inclusive conhecimento de todos os seus recursos minerais.

Estas as razões que me induzem a elaboração deste requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Senador José Américo de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos, lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do projeto de lei, de autoria do Sr. Senador Júlio Leite.

E' lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 1967

Declara de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

(DO SR. JÚLIO LEITE)

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º. É declarado de utilidade pública o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.
- Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1967. — Senador Júlio Leite.

Justificativa

O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado foi fundado em 10 de janeiro de 1835, pelo então Ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, através do Decreto baixado pela Regência, em nome do Imperador D. Pedro II. Nesses 132 anos de existência, a instituição que chegou a congregar milhares de funcionários federais, estaduais e municipais viu crescer o seu patrimônio, representado hoje por estimável soma de valores, bens e imóveis que respondem por sua sólida posição entre as entidades congêneres.

As tarefas para as quais foi instituído o Montepio foram integralmente alcançadas durante os anos que precederam a instituição do seguro social compulsório no país, a despeito das inúmeras dificuldades que teve que enfrentar, dado o pioneirismo de suas atividades.

Além do caráter social de que se revestiu o seu trabalho, o Montepio desenvolveu, paralelamente, intensa atividade beneficente que se estende hoje, facultativamente, aos seus associados. O atendimento dos pedúlios e pensões pagos pela sociedade até o advento dos Institutos de Previdência era feito com o resultado da renda patrimonial da contribuição de seus associados e da parcela dos resultados da Loteria Federal, que lhe era assegurada por decisão do Congresso Nacional.

Evidência de sua privilegiada posição é o fato de que, já em 1910 dispunha a entidade de reservas no valor de Cr\$ 8 milhões, embora em diversas oportunidades tivesse que receber o auxílio do Tesouro para o desempenho de sua relevante finalidade. Agora que o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado integrou-se no sistema geral de caixas de pedúlio e manutenção nada mais justo do que a outorga do reconhecimento como de utilidade pública que pretendemos com o presente projeto, como prelo aos relevantes serviços presta-

dos ao país por essa valiosíssima instituição.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido será publicado e, em seguida, despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, dentre as muitas leis postas em vigor durante o Governo da Revolução, desejamos focalizar, hoje, a da Reforma Tributária.

Todas essas leis, por certo, tiveram o designo, a intenção de preparar esta grande Nação para o desenvolvimento.

Na Reforma Tributária, que abrangia os setores federal, estadual e municipal, existe, por exemplo, a Lei de Reforma do Imposto de Renda.

Ainda que todos os dispositivos não sejam, vamos dizer, esquematizados de uma forma que se possa avaliar como perfeita, com as alterações que vão sendo feitas, certamente vão contribuir para melhores dias para o povo brasileiro.

Verificamos, ainda agora, que o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro da Fazenda vão alterar a importância tributável para os assalariados, elevando o teto, que era de cento e trinta e cinco e cinquenta cruzeiros novos por mês, para quatrocentos cruzeiros novos, fato que vem contribuir para aliviar a situação do trabalhador brasileiro, trabalhadores, portanto, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Fazenda, pela iniciativa.

Há outros dispositivos da Lei do Imposto de Renda que, por certo, deverão ser reexaminados e modificados. Esperamos que, assim, o Governo proporcione às empresas meios para desenvolver-se e ampliar suas atividades. Poderíamos citar, ainda, o dispositivo em vigor segundo o qual a pessoa física é licito aplicar 10% do imposto de renda que deve pagar, na compra de ações de empresas de capital democratizado, de capital aberto. Para a pessoa jurídica a taxa é de 5%.

É uma forma de estimular a iniciativa privada para desenvolver a indústria e outras atividades, e sem dúvida nenhuma é também uma forma de ampliar o mercado de trabalho. Somente com o desenvolvimento do País e com a iniciativa privada poderemos ampliar e desenvolver o mercado de trabalho, para que cada um de nossos irmãos, notadamente os da juventude, que atingem a idade regulamentar de trabalho, possam encontrar um emprego, a fim de ganhar honestamente sua vida.

Um dos pontos que tem merecido certa atenção, dada a controvérsia que suscita, é aquela referente ao imposto de circulação de mercadorias, o qual tem causado preocupação, não só aos Governos estaduais como também aos Governos municipais.

Ainda há pouco houve, em Curitiba, uma reunião dos representantes dos Estados e Secretários de Fazenda, cujo objetivo foi exatamente examinar a possibilidade de aumentar a alíquota do imposto de circulação, tentativa felizmente adiada. Naturalmente que os Governos estaduais estão preocupados porque, nos três primeiros meses de vigência da lei, no corrente ano, a arrecadação estadual sofreu certa redução, que atribuímos, em parte, aos estoques existentes em dezembro que, segundo dispositivo legal, foram computados para serem considerados só nos meses de fevereiro, março e abril.

Dai porque houve essa diminuição. Uma tributação nova sempre apresenta dificuldades no início de sua aplicação, mas acreditamos, e temos mesmo convicção, que, nos meses futuros, a receita dos Governos estaduais deverá sofrer acréscimo apreciável. Quanto aos Governos municipais, desde já se verifica, em regra geral, que esta vem melhorando bastante. E como o imposto principal é aquele de circulação de mercadorias, isto força os Governos municipais a se empenharem, e também — por que não dizer? — os Governos estaduais, no aumento da produção, sua fonte principal, e que é tributada inicialmente com 15% sobre seu valor. Dai porque entendemos que a legislação, nesse setor, é altamente benéfica e deve ser mantida, pois, entre os benefícios, trará estímulo da produção.

Como dizíamos, o imposto de circulação fará com que os Governos estaduais e municipais se empenhem em estimular o aumento da produção. Com esse imposto também estarão evitando a tributação em cascata, como existia até 31 de dezembro próximo findo, quando o Imposto de Vendas e Consignações era cobrado em todas as operações. Era, portanto, um imposto injusto, reincidente. Determinados produtos — como os próprios gêneros alimentícios — chegaram ao consumidor sobrecarregados até mesmo de 30%, enquanto agora não ultrapassam de 15%. Apenas as vendas serão acrescidas de 15%, pela diferença entre a compra da mercadoria e a venda do produto. Assim entendemos que essa lei vem realmente ao encontro do desejo, e dos interesses da população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nova legislação fiscal tem mais um dispositivo que cria uma situação difícil para os sonegadores de impostos. Estes já não têm mais as facilidades de antigamente. Constatou-se mesmo que esses comerciantes se recusavam a comprar mercadorias em nome de suas empresas porque pretendiam com isto evitar a tributação.

Com a eliminação do Imposto de Vendas e Consignações, esta situação já não existe mais. Hoje, o que se verifica é que o comprador exige a Nota Fiscal, exige a fatura para poder registrar o valor da compra, porque ela influi no imposto. Tendo a fatura da compra, esta é considerada um crédito e, quando vende, paga imposto apenas sobre a diferença.

O Sr. José Ernirio — Permite um aparte, nobre Senador? (Assentimento do orador) — Sempre fui favorável à cobrança de impostos, porém não altos. Saber cobrar imposto é verdadeiro dever do Governo. O Imposto de Circulação, em 15% para os produtos agrícolas, é elevadíssimo, porque hoje, como disse V. Exa., a sonegação é mais difícil. Com isto estou de acordo. Mas acho que não é necessário um imposto tão alto. Ele não se reflete em estímulo para a produção, mas na venda. Naturalmente, os Municípios e Estados que querem ter recursos para organizar sua vida preferem aumentar a arrecadação a organizar sua produção. Só alguns Estados se interessam pela produção. Esta é minha opinião, meu caro Senador, mas admito o seu trabalho que prova que o imposto em nada diminui a produção do proprietário agrícola.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pelo aparte, nobre Senador José Ernirio, mas a verdade é que estamos verificando uma situação um tanto interessante: os Governos estaduais reclamam que as suas receitas diminuíram e os contribuintes, como V. Exa. agora também focaliza, acham que o imposto é muito elevado. Alguma coisa realmente não está

funcionando bem. Atribuo isso, como já relatei, ao crédito que representam os estoques de mercadorias, no final do ano passado, os quais estão sendo computados para reduzir os impostos nos primeiros meses deste ano.

A verdade é que nós não poderíamos reduzir ainda mais a receita dos governos estaduais, porque os encargos que têm são pesadíssimos. Há sempre necessidade de investimentos, de vez que os interessados insistem em que os governos estaduais realizem, façam investimentos em estradas, em escolas, em outros setores de suas atribuições.

Não poderíamos, portanto, pensar na redução desse imposto. O que desejamos é que a arrecadação seja feita dentro de um esquema mais eficiente, para que não possa haver sonegação, muito embora nós entendamos que a nova legislação fiscal vá criar uma situação cada vez mais difícil para aqueles que querem fazer evasão de renda.

O Sr. Domicio Gondim — Não poderia concordar, neste momento, com o argumento de que o Imposto de Circulação trouxe realmente benefício. O que vemos hoje é um produtor, principalmente os produtores primários, como por exemplo o de feijão, que produz com sacas de feijão, no meu Estado ter que entregar ao Governo dezoito sacas para poder vender a sua produção. V. Exa. acha, então, que isso não confisco? Qualquer imposto direto que vai além de 5 ou 6%, como é o caso do ICM, torna-se confisco. O segundo e o terceiro comprador não importa, porquanto recebeu um crédito anterior, mas o produtor primário, quer seja o de gêneros alimentícios ou de matérias-primas, este paga, conforme o Estado, imposto direto de 15 a 18%. É definitivamente um desestímulo à produção brasileira.

O Sr. João Cleófas — V. Exa. há de me permitir. Não há apenas um desestímulo. Se prevalecer o ICM sobre os produtos primários, vamos acentuar, de maneira fantástica, a fome em todo o país. Se um produtor de ovos tiver que entregar dezoito ovos em cada cem de sua produção, isto vai acarretar o completo abandono da produção alimentar, que é a que não dá rendimento, que é a que se faz mais por uma ténosia do agricultor. Para o comerciante, para o industrial, sem dúvida alguma o ICM tem grande sentido lógico e, direi mesmo, racional, mas será desumano se o Governo não fizer uma reestruturação no ICM sobre produtos primários. De resto, vi, com satisfação, que o Ministro da Fazenda nomeou comissão para fazer o reexame do assunto. V. Exa., como agricultor, como eu também o sou, há de convir que não pode prevalecer sobre a produção primária de gêneros de alimentação um imposto, uma tributação tão iníqua como hoje está sendo o ICM.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) — Quero, apenas, ratificar a palavra dos meus dois nobres colegas da Paraíba e de Pernambuco. Em verdade, imposto será, assim, a liquidação de toda e qualquer atividade na agricultura em todo o País. Eu vim, há três semanas, do meu Estado e V. Exa. não faz ideia do alarme que senti lá com esse imposto de Circulação, absolutamente inaplicável, que irá liquidar completamente as atividades agrícolas do Amazonas. É o testemunho que queria dar, corroborando os apertes que acabei de ouvir.

O SR. ATILIO FONTANA — Ouvi a opinião dos meus nobres pares e acredito que deve ser reexaminado o problema. Mas a verdade é que, se os governos estaduais não têm arrecadado como arrecadavam, é por que alguma coisa não está funcionando bem.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Domicio Gondim — Mas esse é motivo para que confiscemos daquele que ainda produz? Porque, nessa tónica, esse imposto a 25, 30, 40 e até 50%. A não arrecadação do Estado é outro problema. É porque o número de negócios brasileiros caiu assustadoramente. Pode-se verificar isso por exemplo num índice indiscutível, que não permite qualquer resposta, na questão do consumo de energia elétrica: no ano de 1966, em São Paulo, o Estado líder produtor brasileiro, caiu assustadoramente. Não podemos, porque o Estado erra, fazer com que o pequeno produtor, aquele que ainda mantém este País andando, seja sacrificado a contribuir com 18 sacos de arroz, com 18 sacos de feijão, com 18 sacos do que produz para ter o direito de vender, para ter apenas esse direito, porque o Estado não lhe está dando nada.

O SR. ATILIO FONTANA — V. Exa. está se referindo a 18%?

O SR. DOMICIO GONDIM — No meu Estado, e em todos os Estados do Nordeste.

O SR. ATILIO FONTANA — Parece-me que há um dispositivo determinando que não deveria ultrapassar 15%.

Primeiramente, um quilo ou um saco de feijão era tributado pelo IVC 7 ou 8%. Quando o produtor vendia o produto, era quanto pagava. Até 10%. No nosso Estado — Santa Catarina, apenas 6,8%.

O Sr. João Cleófas — Havia um dispositivo, na Constituição então vigente, que isentava de tributação os gêneros de subsistência. Isso foi respeitado, de início, mas, depois, começou a ser burlado.

O SR. ATILIO FONTANA — Em Santa Catarina, era 6,8%, mas pagavam na segunda venda do produtor, quando o atacadista vendia o produto ao varejista; e, geralmente, a quarta, quando o varejista vendia ao consumidor. Consequentemente, quatro vezes sete são 28%.

Hoje, se paga 15%. Com relação a essa percentagem, poderíamos encontrar uma fórmula, que, aliás, já vem sendo aplicada em alguns Estados de não descontar do produtor. Devia ter um encargo do intermediário. O produtor deve receber o preço líquido e certo, e o intermediário é quem deve pagar 15%; porque, pagando os 15%, credita-se; se a mercadoria que compra por cem vende por 120 ou 130, apenas vai ser tributado sobre 20 ou 30 cruzeiros.

O Sr. Domicio Gondim — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer!

O Sr. Domicio Gondim — Nobre Senador Fontana, esse decantado sistema de "imposto em cascata" não é verdadeiro — permita-me dizer a V. Exa. — porquanto, na tónica brasileira, há cerca de dez anos, efetivamente, existiam quatro a seis intermediários. Mas, com a evolução e a inflação, o que vemos, hoje, nos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, são os supermercados, que compram do produtor diretamente. Desapareceram as intermediações na maioria dos casos. Posso citar, como exemplo, o caso de V. Exa., que é produtor e vende ao consumidor. V. Exa. mesmo, com as suas organizações modelo no Brasil, evitou intermediação. O decantado "imposto em cascata" não mais existe no Brasil de nossos dias. O que está havendo é um imposto excessivo, exorbitante, verdadeiro confisco. O produtor primário não pode pagar 15%. Ele não recebe qualquer crédito. O crédito que recebe é o do próprio suor com que rega a terra.

ATILIO FONTANA — O Brasil é país de dimensões quase continentais.

O Domicio Gondim — Exatamente por este motivo não pode haver lei geral

O SR. ATILIO FONTANA — Não seria possível, nem fácil, ao produtor, vender seus produtos aos supermercados ou ao varejista, único intermediário.

O produtor, no "hinterland" do Brasil, precisa entregar o seu produto na sua fazenda, e o entrega ao comprador que lá aparece. Esse comprador, quase sempre um comerciante da localidade transporta-o para os grandes centros e o entrega ao atacadista. O atacadista vai entregá-lo ao varejista — que podem ser os supermercados — e, este, por sua vez, o entrega ao consumidor.

Antigamente era o "imposto em cascata", em cadeia, que vinha onerar, sobremodo, os gêneros alimentícios. Hoje verificamos que alguns desses produtos, como os hortigranjeiros, são isentos de impostos, pois estão na periferia dos centros consumidores, possibilitando facilidades fiscais ao produtor menor.

O Sr. Domicio Gondim — Na prática é diferente.

O SR. ATILIO FONTANA — Realmente, não sou favorável a essas isenções de impostos. Acho que o imposto deve existir, ainda que moderadamente. Há pouco tempo, quando da reunião de Secretários de Fazenda, em Curitiba, fizemos sentir a inoportunidade de se aumentar a alíquota do imposto de circulação.

O Sr. Domicio Gondim — Mas foram aumentadas, de qualquer maneira, nos Estados do Nordeste.

O SR. ATILIO FONTANA — O aumento foi adiado. Apresentei ao Governador Ivo Silveira, de Santa Catarina outros fatores para não se recorrer ao aumento dessa alíquota. E' nosso pensamento que, com melhor forma de arrecadação, com melhor fiscalização e, principalmente, com fomento à produção, não será preciso recorrer à elevação desse imposto, que, concordamos, não é dos mais baixos. É um imposto já bastante elevado e não pode ser aumentado.

O Sr. Domicio Gondim — É um verdadeiro confisco.

O Sr. Aurélio Viana — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — Vossa Excelência é a favor da taxa de 15% mas faz restrições ao processo; Vossa Excelência declara que é a favor do imposto cobrado do intermediário e não contra o produtor. Esta a tese central de Vossa Excelência. O intermediário é quem deve pagar o imposto de circulação de mercadorias. Logo, o processo para a cobrança é, segundo Vossa Excelência, errado. O endereço, deveria ser outro. Mas, além disto, Vossa Excelência convenha em que a taxa não é apenas de 15% ou 18%. Citemos os Governos estaduais e o Governo Federal no mesmo erro do passado. Temos o imposto de vendas e consignações disfarçado e cobrado também uma, duas, três, quatro ou cinco vezes sobre a mesma mercadoria. Naquele tempo a taxa era de 5% cobrada uma, duas, três, quatro e cinco vezes, agora, é de 15% cobrada uma, duas, três, quatro ou cinco vezes ou 18%, cobrada uma, duas, três, quatro e cinco vezes. É fato que Vossa Excelência não pode contestar.

O SR. ATILIO FONTANA — Vossa Excelência está enganado. O imposto recai uma só vez. Se for vendido por cem cruzeiros novos, só paga uma vez.

O Sr. Aurélio Viana — Não. Por exemplo, se um produtor vende a um outro produtor digamos, criador de gado, ele paga 15%; se esse outro criador vende o gado a outro criador, paga 15% sobre o mesmo gado.

O SR. ATILIO FONTANA — Somente a diferença.

O Sr. Aurélio Viana — Neste caso, não. Se vende a um intermediário, sim. Paga 15%. Além de tudo, acres-

cento: se o criador — já disse isso numa sessão secreta, inclusive — possui uma propriedade em dois municípios, uma é continuação da outra — lhe é exigido o Imposto de Vendas e Consignações, porque o seu gado passa de uma parte de sua propriedade para outra parte de sua propriedade. Vossa Excelência está achando absurdo porque não conhece o fato. Se o criador aluga pasto e transfere o seu gado para outra propriedade, paga 15 ou 18% pela transferência do seu gado. Isto é um absurdo tão grande para Vossa Excelência pois está num caso, em Santa Catarina. Vossa Excelência deveria unir-se a nós para combater esse absurdo.

O SR. ATILIO FONTANA — Permita-me um esclarecimento. Se um fazendeiro tem uma fazenda em dois municípios e precisa transferir um lote de animais de uma fazenda para outra ele deve pagar o imposto no município de origem, mas deve levar, da coletoria, um documento que lhe dá o crédito para, quando ele vender os seus animais no outro município, somente pagar sobre a diferença, não mais sobre o valor.

O Sr. Aurélio Vianna — Em Santa Catarina é assim? Vossa Excelência está situando, o caso em Santa Catarina onde existe, naturalmente, esta mentalidade. Quer dizer, quando transfere o seu gado de um município para outro município, para outra propriedade sua, dele próprio, paga imediatamente o imposto de circulação, o que é um absurdo, não vendeu coisa alguma, não vendeu a si mesmo o seu próprio gado. Só quando vende é que deve ser cobrado o imposto. Se no seu Estado é assim, é um absurdo mas é dos males o menor. Há outros Estados em que a coisa é completamente diferente. Não limitei a questão a Santa Catarina, lá o imposto sobre o produto hortigranjeiro é assim, põe as mãos para o céu, porque assim não é em outros Estados e, no Nordeste, em vez de 15 a taxa é de 18%.

O Sr. Arthur Virgílio — Na Amazônia, também.

O SR. ATILIO FONTANA — É uma aplicação legal da lei, porque mercadoria alguma deve ser tributada; só uma vez deve ser tributada e, depois, na revenda, pela diferença e não mais pelo produto inicial.

Quanto aos produtos hortigranjeiros, foi feito um acordo entre os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e não está sendo cobrado imposto. É questão de entendimento entre as autoridades. Não sei se dará resultado. A meu ver, todos deviam pagar o tributo, mas, em todo caso, é louvável a disposição dos Governos estaduais, a fim de que certos gêneros de primeiríssima necessidade produzidos na periferia dos grandes centros consumidores, sejam isentos de tributo.

O Sr. Domício Gondim — Permite-me Vossa Excelência um último aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. Domício Gondim — Trata-se de fato que constatei sábado passado, na fronteira de Goiás com Minas Gerais: os bois que vão por esses Estados, par ar engordados e vendidos em São Paulo a 110 e 120 cruzeiros novos, pagam sobre NCRS 195,20. Então, vê-se que o imposto não é mais de 15%, mas de quase 30%, ou melhor, 28%, nobre Senador. É o que vemos aqui em Goiás, perto da Capital da República. Gostaria de receber resposta de Vossa Excelência sobre o assunto.

O SR. ATILIO FONTANA — Mas deve ser corrigido. A lei poderá não ser perfeita. A ideia foi posta em prática. O Imposto de Vendas e Consignações foi modificado, no início, por várias leis e decretos.

Ainda agora o próprio Presidente da República determinou que o Imposto de Renda somente vai atingir funcionários que recebem mais de NCRS 400,00 mensais. Antes incidia sobre aqueles que percebiam menos de NCRS 200,00. Portanto, e correção, louvável por todos os títulos. Acreditamos também que o Imposto de Circulação de Mercadoria possa existir. A interpretação é que está sendo diferente entre um Estado e outro. Parece-me que a Lei é bastante clara, precisa.

O Sr. João Cleofas — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. João Cleofas — Como eu, V. Exª deve ler os jornais. Ainda há poucos dias vimos que, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, está sendo cobrado Imposto de Circulação sobre a remessa do leite, ovos e frangos, alimentos básicos. Ontem, o Senhor Ministro da Fazenda, impressionado com esta situação, constituiu um Grupo de Trabalho para tornar explícita, determinativa a isenção desses produtos primários de subsistência. Disse há pouco talvez não tivesse sido bastante claro — que sem dúvida o Imposto de Circulação de Mercadorias deu sentido lógico, razoável para empreendimentos industriais, porque ele evita aquela aplicação em cascata. Mas na verdade o produtor de gêneros de primeira necessidade, em geral o mais desassistido, sobre ele está refletindo hoje esta tributação. Quero dar um esclarecimento; semana passada reuniram-se em Fortaleza, no Ceará, Secretários da Agricultura e Comércio e resolveram deliberar, elevar o ICM de 15 para 18% em toda a Região Nordeste. Na verdade, pela informação que V. Exª nos traz, é confortador ter-se a informação de que os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná adotam política diferente. Mas hoje, como estamos na prática verificando, como disse e focalizou o eminente Senador pelo Amazonas, há uma evidente desumanidade nesse tributação sobre o produto primário, sobre o gênero de subsistência.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito obrigado ao nobre Senador.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exª permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exª, Senador Atílio Fontana, tem focalizado quase sempre, nos seus discursos, os problemas econômicos do Brasil e por isto nós vemos o Senado, sem discriminação partidária, discutindo apaixonadamente em torno de todos eles. Esta circunstância deve servir de glória, de ânimo e de entusiasmo para V. Exª. Acima dos partidos estamos discutindo, no Senado, os altos interesses nacionais. Esta é que é o nacionalismo puro: a defesa do que é nosso, a preparação da riqueza nacional para a etapa final de emancipação econômica do Brasil. Ainda há pouco conversávamos na sala do café sobre o problema do minério e eu indagava de um dos representantes do Sergipe porque não se tinha ainda explorado as imensas jazidas de potassa e salgema existentes e de interesse vital para a vida do país. Ele, então, me dizia que havia um embargo tal que não podia compreender que essa riqueza estivesse por lá inexplorada. O Brasil tem necessidade de explorar outros empreendimentos industriais, tem necessidade do aproveitamento desses minérios, mas uma competição entre investidores nacionais e estrangeiros está dando lugar a um embargo tremendo. Daí não se poder aproveitar agora uma riqueza que é indispensável para o desenvolvimento da economia nacional. V. Exª está tratando agora da economia agrícola do país. Desde

a minha posse no Senado, por ocasião do primeiro mandato, venho combatendo essa política, vamos dizer, de caráter unitário, de caráter quase individual que os Presidentes adotavam, no sentido de desenvolver a economia industrial do país, deixando à margem a economia agrícola. Como todo o Senado sabe, há uma verdadeira simbiose entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento da economia agrícola. Devem marchar *pari passu*, equilibradamente, porque uma supre a outra. Estudamos o problema da economia agrícola de qualquer Nação. Porque o problema da fase universal é vital. No Brasil, os ricos centros de produção que sustentam os mercados consumidores estão sendo esfolados, atacados violentamente por uma política tributária que, como V. Exª acabam de analisar, tem caracteres diferentes num e outro Estado; de um lado, uma produção tributada com maior força; de outro lado, com menos tributos. Mas a verdade é que os centros de produção nacional estão sendo agredidos pela política fiscal do Governo. A meu ver, nobre Senador deveria haver, da parte do Governo, um cuidado especial para tornar privilegiado a classe que, na verdade, se ocupa do setor agrícola. Não é possível conceber-se — e V. Exª não explica, não apresenta um exemplo — uma nação desenvolver-se, ou melhor, uma nação rica em agricultor pobre. Ou o Governo se volta para a política da economia agrária no Brasil ou nunca chegaremos a condições de competir com as demais nações ricas do mundo. V. Exª, como tem feito em discursos anteriores, vem focalizando problemas substanciais. O que é mister que o atual Governo, com as boas intenções que tem apreçado, leve em consideração o que é necessário, neste País, para uma expansão, vamos dizer assim, quase de caráter revolucionário, da política de produção, sobretudo a economia de subsistência. V. Exª, sendo de um Estado rico, talvez ignore o que se passa nas regiões mais pobres do Brasil, especialmente no Nordeste Brasileiro. O nordestino chega, às vezes, a ponto de, na época das chuvas, não ter recursos para a aquisição de uma enxada, instrumento rudimentar, elementar para o cultivo das terras. O Governo deveria sair em busca, isto é, ir ao encontro dos interesses dos agricultores pobres, médios e ricos, a fim de fomentar — repito a expressão — revolucionariamente, a política de economia agrícola, sobretudo a economia de subsistência. Se assim fizer, fique V. Exª na certeza de que não será com o aumento de tributos, nem de leis de gabinete que possamos equilibrar a vida econômica deste País. A pobreza é inensa e, a meu ver, o Governo não deveria medir despesas nem sacrifícios no sentido de proteger essa classe que, na verdade, sustenta a vida das cidades e dos maiores mercados consumidores do Brasil. E só poderá fazê-lo, não através do aumento de tributos, sacrificando aqueles que já sentem o problema da fome.

Receba, portanto V. Exª, meus aplausos. V. Exª está debatendo no Senado, sem partidatismo, acima das facções, um assunto de vital interesse. É a isso que chamo de nacionalismo puro. São problemas nacionais que devemos tratar sem preocupação partidária. As medidas boas que vierem do Governo, que atendem aos interesses nacionais, às instituições substanciais da democracia, à garantia de direitos, esses problemas devem ser tratados, sobretudo nesta Casa, no Senado Federal, acima dos partidos. Portanto, louvo a preocupação de V. Exª de vir sempre aqui, com discursos notáveis pela sua experiência, pela prática, pelo conhecimento pessoal e que têm despertado a atenção de todos

os Senhores Senadores. Parabéns a V. Exª.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito obrigado a V. Exª pelas palavras encorajadoras com que se referiu a nós. Realmente, homem modesto, que passou a juventude no trabalho do amanho da terra, sentindo, às vezes, dificuldades em exteriorizar as ideias, seus pensamentos, a sua preocupação, não tenho outra finalidade senão a de contribuir para que os nossos governantes encontrem verdadeiras soluções para que possam, finalmente, fazer um Governo do povo para o povo. Que a honra e o benefício dos que trabalham e produzem sejam em benefício dos que trabalham e produzem, pois que a forma a contribuir para melhorar a situação das classes e atender às suas necessidades.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exª um aparte? Senador Fontana, nobre, quando a crise do ordenamento econômico, crises, crises e crises, a solução que os governos encontram para os problemas emergentes e o aumento dos tributos. A política é diferente, criminal, de empobrecimento das classes do País.

O Sr. José Ermirio — Permite-me V. Exª um aparte? Assentando do Odeão) — Nobre Senador Fontana, convenço-me do espírito de trabalho do Governo anterior era elevar impostos, piro de transporte e de energia elétrica, todos hoje extremamente majorados. Enquanto, na iniciativa privada, o produtor procura aumentar a sua produção, para que o produto diminua de custo, nunca o Governo anterior procurou diminuir. Sugiro, se creder, nobre Senador, uma COMISSÃO para acompanhar os atos do Governo!

O Sr. Domício Gondim — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer, vamos ouvir o aparte do nobre Senador.

O Sr. Domício Gondim — Há cerca de quatro semanas, visitei a Tailândia, representando esta Casa, onde pude observar, especificamente, a produção de arroz. E quero fazer um pequeno relato, diretamente vinculado ao I.C.M. brasileiro. Na Tailândia, um pequeno produtor, de com sacas de arroz em casca, não paga nenhum imposto.

Imagine que esse produtor venda aos moinhos, que o industrializam, o descascam e o preparam para a exportação. O produto não é oneroso, porque — e está dito pelos próprios órgãos americanos — o imposto acima de 3% — e esta declaração consta do Relatório sobre o Nordeste — é confisco, não imposto. Não é só a economia dos Estados que está em dificuldade, mas a do Brasil inteiro. Não é, portanto, aumentando tributos que resolveremos o problema não é enriquecendo o Estado e empobrecendo o povo.

O SR. ATILIO FONTANA — No caso do Imposto de Circulação.

O Sr. Domício Gondim — O ICM só veio beneficiar o Estado.

O SR. ATILIO FONTANA — Não esquecer a dificuldade de pobre para os produtos agrícolas, devemos pensar como agiriam os Governos estaduais, reduzindo a sua receita, se já agora arrecadam menos do que arrecadavam no ano passado, com sérias dificuldades para cumprir o próprio programa de Governo.

O Sr. Domício Gondim — Convém não esquecer a dificuldade do pobre homem, que tem de pagar isso.

O SR. ATILIO FONTANA — O problema é encontrar-mos uma solução. Devemos levar em consideração o contribuinte onerado, que tem

de receber os benefícios do Governo como instrução pública, estradas, energia elétrica, a saúde pública e tantos outros. Se o Governo não arrecada, nada pode executar.

O que é forçoso, o que é indispensável é que o dinheiro do contribuinte seja bem aplicado. Este o grande problema de uma administração. Não podemos pleitear redução de imposto. O que devemos pleitear é alguma modificação na sua aplicação, porque há, realmente, irregularidades. A lei não deve ser omissa; se necessário, vamos complementá-la. Com a reforma tributária, nós contribuintes, sentimos desde já os seus efeitos. A nossa grande preocupação é que todo aquele que deve pagar tributo não seja a esta obrigação. Acredito que, com a reforma tributária, chegaremos a esse ponto.

Os sonegadores, aqueles que procuram dar evasão à sua renda, encontrarão, daqui para o futuro, dificuldades. Os piores concorrentes das nossas empresas, são aqueles que sonegam os impostos. Por isso, somos a favor da reforma tributária. Acreditamos que ela possa sofrer alguma alteração, para que venha se tornar uma lei mais condizente com a atual situação.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Vamos ouvir, com prazer, o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Aurélio Vianna — Nós estamos, pelo menos eu, com uma certa dificuldade para ligar a série de argumentos que V. Ex.^a aduz na defesa de uma tese, que também não entendo qual seja. Confesso minha deficiência. É princípio universal que o imposto é uma necessidade. Ninguém discute isto. Mas um princípio também universal é que deve ser justo, isto é, o contribuinte deve estar em condições de pagá-lo ao Estado. Toda vez que o contribuinte não está em condições de pagar aquele tributo que lhe é exigido, encontra uma válvula, que é a sonegação, ou o auto-sacrifício. Ora, no Brasil, V. Ex.^a convenha, não deve ser analisado apenas o seu caso particular.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Focalizamos o problema de modo geral, não particular. Mas sentimos o caso particularmente.

O Sr. Aurélio Vianna — Encarando o problema de ordem geral, então V. Ex.^a verificará o seguinte: no Nordeste, por exemplo, o contribuinte não está em condições de pagar 18% do imposto de circulação. As vezes, nós somos levados a raciocinar como se houvesse apenas um tributo. Não há uma gama de tributos, não há taxas, não há impostos outros, há apenas aquele.

Ora, 18 em 100 nada significam, mas sobre aqueles 100 há 18 mais isto, mais aquilo, e mais aquilo: há o imposto de consumo, há o imposto de renda, o IBRA, o INDA, a taxa de previdência social e assim por diante. Não estou contra a taxa de previdência social, mas se formos verificar, no montante, o quanto se paga, chegamos à conclusão de que o contribuinte brasileiro é um dos mais sacrificados do mundo. V. Ex.^a sabe disto. Então V. Ex.^a em defendendo o tributo, isto é, o imposto de Circulação de Mercadorias, lhe faz — repito argumento anterior — uma restrição profunda, quando diz que o produtor não deve pagar-lo, mas sim o intermediário. V. Ex.^a já feriu a filosofia do Governo passado em chelo, no duro. V. Ex.^a destruiu, pela base, toda uma filosofia, aquela segundo a qual quem deve pagar esse imposto é o produtor, seja ele quem for, e não o intermediário. V. Ex.^a como homem de empresa, o que diria se aquele que engorda o porco, por exemplo, para o seu frigorífico, ou outro qualquer, tivesse de pagar 15% sobre o porco de 2 meses, com sobre o porco de 3 meses, como

sobre o porco de 10 meses ou de 15 meses? A arroba pode ser qualquer uma. O tributo é sobre uma importância correspondente a cada animal vendido. É assim que se procede com o gado, em muitas regiões deste País. Por exemplo, um cidadão tem cem bezerros de sobeano. Na sua região, ele não pode vender aqueles bezerros por mais de oitenta cruzeiros novos por cabeça. Vem o Fisco daquele Estado e cobra, sobre o produtor, 15% — lá no Nordeste não são 15, são 18 — sobre duzentos cruzeiros novos, que é o preço atribuído a cada cabeça de gado vendido, seja bezerro garrote ou seja boi para o corte. Isto, uma vez. Se o produtor que cria vender aquele que vai recriar, aquele que recriou, quando vende ao frigorífico também, vai pagar essa taxa. Agora, pergunto a V. Ex.^a: se um indivíduo vende por cem e vai pagar trinta ou trinta e seis, por quanto lhe ficou aquele bezerro? Por setenta? E as despesas? V. Ex.^a, que foi suinocultor e não sei se pecuarista, mas entendo do problema, convenha em que está havendo desespero. E os Estados queixam-se de não estar arrecadando mais porque, ou há sonegação, por um lado, pela necessidade de sonegar — segundo dizem os economistas de todo o mundo, é a válvula de escape quando o tributo é muito alto — ou então há uma paralisação dos negócios. Fique informado V. Ex.^a disso. Algumas revistas e jornais, na época do Sr. João Goulart, publicaram fotografias de propriedades com tabuletas "vende-se". Essas publicações — principalmente em "O Globo" — diziam: "Isto é fruto desta política nociva e negativa; todos estão vendendo suas propriedades." Agora, V. Ex.^a percorre o interior do nosso País e todo o mundo está vendendo as propriedades. Por quê? Porque é melhor vender uma propriedade, com todo o gado que nela existe, digamos por NCr\$ 80.000,00, e comprar títulos da Dívida Pública, que rendem 3,5% ao mês. Não sei se ainda com a cláusula de valorização ou de desvalorização da moeda. É muito melhor. Porque não há, hoje, pequena ou média propriedade — com exceções raríssimas, talvez no Vale do Itajaí — que dê uma renda líquida de 3,5% ao seu proprietário, sobre o total daquilo que representa o capital bruto empregado. Está V. Ex.^a de acordo?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Há muita irregularidade que precisa e deve ser sanada, inclusive essa a que V. Ex.^a se referiu: o pecuarista vende um animal por NCr\$ 60,00 ou NCr\$ 80,00, e tem de pagar o imposto sobre parcela muito superior. Acredito que nesses Estados devam existir os representantes do povo, os deputados estaduais, junto aos Governos, os quais devem levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades. Tal fato não pode continuar, porque a lei é clara: só se pode pagar imposto sobre o valor da mercadoria.

Há irregularidades mas a verdade é que se nós nos queixamos dos encargos, dos tributos elevados que estamos pagando — faço parte do povo como contribuinte, como trabalhador, como homem que lutou muito — devemos procurar as soluções, porque o Governo precisa de receita e o povo tem que pagar tributo.

Precisamos encontrar a solução mais adequada possível. Em Santa Catarina — Estado a que tenho a honra de pertencer — verificamos que os lavradores estão recebendo, atualmente, uma remuneração melhor, em relação à que recebiam há um ano. Vendem os seus produtos e não lhes é debitado o imposto de Circulação de Mercadorias...

O Sr. Aurélio Vianna — Agora estou entendendo! V. Ex.^a está defendendo a política empregada em Santa Catarina, que não é a do Brasil todo...

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Não há novidade nisso.

O Sr. Aurélio Vianna — Há novidade. É surpresa para nós o que V. Ex.^a está dizendo.

O Sr. Antônio Carlos — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Antônio Carlos — Estou ouvindo os debates que o seu discurso suscitou e deles chego a uma conclusão: até agora não ouvi nenhum argumento que pudesse condenar o imposto de Circulação de Mercadorias, aquele que veio substituir o Imposto de Vendas e Consignações, pois que num cortejo entre este imposto, recentemente criado, e o de Vendas e Consignações, não há como deixar de verificar as vantagens do novo tributo. Os reparos e as observações dos Srs. Senadores são, pelo que entendi, quanto à aplicação desse imposto, ao critério da cobrança.

O Sr. Domicílio Gondim — Não senhor!

O Sr. Antônio Carlos — V. Ex.^a permita que eu conclua o meu aparte. Quanto a este aspecto, eu lembraria ao Senado que o imposto de Vendas e Consignações, depois de 20 ou 30 anos de instituído, ainda provocava as maiores controvérsias quanto ao critério, no Congresso, a partir de 1955, foi objeto de inúmeros projetos de lei. O primeiro, de autoria do Deputado pelo Estado do Pará, Sr. João Menezes, procurava evitar a tributação, pois que a mercadoria transferida pagava imposto no Estado de origem e pagava no Estado para onde fosse levada em consignação ou vendida. Depois, o nobre Deputado Nelson Monteiro, do Espírito Santo, também apresentou outra proposição no mesmo sentido, num esforço, que foi de todo o Congresso, para impedir os abusos, os inconvenientes do imposto de vendas e consignações. Mesmo aqui no Senado, quando da tramitação de um desses projetos, V. Ex.^a apresentou emenda procurando esclarecer a tributação de vendas e consignações sobre produtos agropecuários e produtos agrícolas e a Comissão de Constituição e Justiça considerou aquela proposição acessória inconstitucional. Dêse modo, não há como negar que a substituição do imposto de vendas e consignações pelo imposto de circulação de mercadorias foi essa imposição, dados os protestos, Os Estados consumidores desejavam que o imposto fosse cobrado no local de consumo, os Estados produtores reclamavam para si o privilégio da cobrança. Havia também a tributação dita pelos economistas em cascata. O produto pagava duas e três vezes a mesma taxa que era, em média, no Brasil, de 6 a 7%. Se a mercadoria fosse objeto de quatro ou cinco operações...

O Sr. Domicílio Gondim — Mas isso não existia!

O Sr. Antônio Carlos — ... pagava de imposto até 30%. É fato conhecido, tanto que o Congresso se ocupou do problema. Os Estados produtores não podiam abrir mão da cobrança do imposto de vendas e consignações sobre os produtos que nêles eram produzidos ou manufaturados. Os Estados consumidores, principalmente os Estados do Nordeste, reclamavam no parâmetro, uma vez que era o seu consumidor quem ia pagá-lo. Em última análise, o consumidor ia pagar o imposto pois o produtor lançava sobre o preço o encargo que tinha de recolher ao erário. Foi em face da verificação tranquila de que o imposto de vendas e consignações era antieconômico e injusto, pois que consagrava a multibutuação, que se imaginou substituí-lo pelo imposto de circulação de mercadorias.

O Sr. Aurélio Vianna — Tem o mesmo efeito.

O Sr. Antônio Carlos — Ora, o imposto de vendas e consignações por defeito quanto à sua cobrança e aplicação, provocou desajustes, irregularidades, abusos e demasias. Como esse

imposto recentemente instituído não iria provocar também más interpretações, erros quanto à sua cobrança? E, Sr. Presidente, o que se está verificando. A Constituição é clara. Determina que o imposto de circulação de mercadorias deve incidir sobre operações relativas à circulação, inclusive de lubrificantes e combustíveis líquidos, na forma do art. 22, § 6º, realizadas por produtores, industriais e comerciantes. A mesma Constituição diz que o imposto é cobrado na primeira vez, de acordo com uma alíquota, cujo limite vai ser estabelecido pelo Senado e, nas operações posteriores, ele será cobrado somente sobre a diferença.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito bem. É o que está sendo feito agora mesmo.

O Sr. Antônio Carlos — Se algum Estado ainda não se conformou com a Constituição, se algum Estado tem ainda outros critérios de cobrança, aqueles contribuintes têm uma porta — bate, que é a do Judiciário, porque a Constituição é clara: na primeira cobrança o imposto será arrecadado, exigido na base de uma alíquota, cujo limite será fixado pelo Senado. Nas operações posteriores esse imposto será cobrado apenas sobre a diferença da preço. Declara ainda a Constituição no § 2º do seu art. 20, que a União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenção de impostos federais, estaduais e municipais. Verifica-se, pois, que o sistema tributário instituído pela Constituição, que é praticamente repetição da Emenda nº 18, deixou aberta a perspectiva ao governo federal, ao Congresso Nacional para, através de lei complementar, conceder isenção de determinados impostos. Seria o caso do imposto de circulação de mercadorias sobre a primeira venda, desde que feita pelo produtor. Finalmente, Sr. Senador, ainda a Constituição, no § 6º do artigo que trata do imposto de circulação de mercadorias, diz: (16)

"Os Estados isentarão do imposto sobre circulação de mercadorias a venda a varejo, diretamente ao consumidor, dos gêneros de primeira necessidade que especificarem, não podendo estabelecer diferença em função dos que participam da operação tributada."

Dêse modo, não vejo por que se condenar um imposto que veio substituir, esta a verdade, um tributo antieconômico como o de vendas e consignações que, a cada operação, era cobrado numa alíquota variada de 6 a 7%. Não vejo por que se condena um imposto que veio racionalizar o primeiro. Evidentemente que na fixação dessa alíquota e nos critérios de cobrança, não há como se deixar de considerar uma realidade: é que o imposto de vendas e consignações era a maior fonte de renda dos Estados. O de circulação de mercadorias também, pela sistemática da Constituição, será a maior fonte de arrecadação dos Estados. Não se poderia estabelecer, portanto, um critério que viesse a trazer, como consequência, uma redução drástica e violenta da arrecadação de todos os Estados da Federação. Mas, aqueles fatos aqui alegados como o de que o gado transferido de uma para outra fazenda do mesmo proprietário está pagando imposto e que quando for vendido amanhã, pagará um imposto ainda na base de 15%, e outras irregularidades, como a cobrança ao pequeno produtor, do Imposto de Circulação da riqueza, tudo isso nobre Senador, entendo que é fruto da modernidade do imposto que foi instituído há pouco tempo. Se o imposto de Vendas e Consignações foi objeto de pendência...

O Sr. Domicílio Gondim — Mas o produtor brasileiro não suporta mais esse tempo. São quatro meses de im-

posto a 18%. O pequeno produtor parabalano, por exemplo, pagava sobre uma saca de feijão mulatinho, 6%; está pagando agora 18%. Isto quer dizer que, em 100 sacas, 18 são confiscadas.

O Sr. Antônio Carlos — Mas, sobre o produto que ele consumia, pagava indiretamente 25 a 30%.

O Sr. Domicio Gondim — Para produzir feijão? Ele não conta a não ser com o próprio suor!

O Sr. Antônio Carlos — Creio que ele, para produzir feijão, compra máquinas agrícolas, ainda que usadas, vestuário, sal, café. Tudo isso pagava o Imposto de Vendas e Consignações, que, na última operação, quando chegava ao consumidor real, estava em 30, 35 e mais por cento.

O Sr. Domicio Gondim — A realidade brasileira, nobre Senador, entre Norte e Sul, é bem diferente!

O Sr. Antônio Carlos — Nesse particular, não há diferença alguma; o que há é...

O Sr. Domicio Gondim — Há diferença, porque não se produz feijão, nem batatinha, no Nordeste, com máquinas, mas com enxada!

O Sr. Antônio Carlos — Represento um Estado que tem o mesmo problema — Estado de pequenas propriedades. Lembra-me de que, quando chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, o nobre Senador João Cleofas, fomos inaugurar armazéns de trigo em Conceição, Joazeiro e Caçador. Viajando de litorina, Sr. Ex^a verificou que, nas encostas da serra que circunda o Rio dos Peixes, estavam os agricultores trabalhando com arado de pau. Sr. Ex^a deve estar lembrado. E daí iniciou uma campanha para que se fizesse a substituição, através da Comissão de Revenda do Material, produtos do sul do Estado de Santa Catarina, quanto à pequena agricultura, não diferem dos do restante do Brasil.

O Sr. Domicio Gondim — Na Paraíba não conseguem nem comprar o arado. É na enxada.

O Sr. Antônio Carlos — Nobre Senador, o Imposto de Circulação de Mercadorias é novo, recentemente instituído. Existe, na verdade, uma série de desajustes naturais. O Imposto de Vendas e Consignações nasceu, viveu e morreu, e os desajustes continuam.

O Sr. João Cleofas — Permite o nobre orador?

O Sr. ATTÍLIO FONTANA — Pois não.

O Sr. João Cleofas — O Senado ouviu a exposição feita pelo nobre Senador Antônio Carlos, com a clareza e lucidez habituais. Aceitei de aferrado há pouco — talvez a V. Ex^a tivesse esquecido — que o Imposto de Circulação de Mercadorias tem um caráter de caráter. Na verdade, é um imposto de natureza clara, não confunde-se com o Imposto de Vendas e Consignações, não vem a interferir com os preços de subsistência primários, e nem com os preços de subsistência secundários. Neste País, a agricultura é a base econômica, que necessita de crédito, de mão de obra, e a agricultura é a base econômica de subsistência. O nobre Senador Antônio Carlos, ao expor o problema, viu, quando viu, a situação econômica. Realmente, visto do lado do produtor, os impostos são muito profundamente humilhantes, como o ministro, ao verificar, ainda antes de seu trabalho no governo do nosso País. Na mesma ocasião, mandamos um suprimento de sementes, mandamos um suprimento de sementes, mandamos um suprimento de sementes, três mil arados de ferro. Cito, assim, de passagem, porque o nobre Senador Antônio Carlos fez referência a esse episódio. Mas a produção de gêneros de alimentação ainda é feita pelo agricultor pobre. É preciso que se tomem providências de toda natureza para que esse agricultor pobre não fique na situação em que está o nordestino de hoje, devendo descontinuar, em cem frangos que

vende, o produto de dezoito para pagamento do ICM. Em torno disto é que deveremos nos unir, e estou certo de que nos uniremos, para evitar que prevaleça por mais algum tempo essa iniquidade, essa desumanidade, contra o pequeno agricultor. Acredito, quanto ao mais, que todos nós estamos de acordo com a vantagem do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre o antigo Imposto de Vendas e Consignações. Os Estados estão, na verdade, sofrendo, porque quase todos eles tinham aquele imposto como principal fonte de renda, cerca de 80%. Em muitos deles, no Nordeste principalmente, o Imposto de Vendas e Consignações, imposto indireto, era fator de encarecimento do custo de vida. Mas não podemos consentir que, agora, quando se implanta uma reforma como essa — que, na verdade, deveria ter começado não numa mudança de governo, mas com antecedência — não podemos consentir que ela venha golpear, cada vez mais, o modesto, o desgracado agricultor brasileiro.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Senhor Presidente, sinto-me sumamente honrado com os apertes que tive a satisfação de receber, a este discurso em que focalizo a reforma tributária.

Ao tempo em que o nobre Senador João Cleofas, representante de Pernambuco, estava dirigindo a Pasta dos negócios da Agricultura, tive o prazer de travar relações com S. Ex^a. Foi mesmo honrada com sua visita ao modesto município de Conceição, do qual, na época, eu era Prefeito Municipal. Muito embora fôssemos de correntes partidárias opostas, recebi amplo apoio de S. Ex^a, que não se deu em consideração tal fato. Com seu auxílio, consegui, naquele tempo, construir a sede da Associação Rural de Conceição — sem dúvida, uma das mais desenvolvidas em nosso País e que hoje conta, em seu cadastro, com aproximadamente quatro mil associados.

Agradeço penhoradamente os apertes recebidos.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Ex^a, mais uma interrupção?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Permite e espero que seja breve, pois quero terminar meu discurso.

O Sr. Domicio Gondim — Apas para dizer a V. Ex^a, que os Senadores presentes não são contra o ICM mas sim contra a alíquota, o quantum desse imposto. Concordo com o Sr. Senador Antônio Carlos, pois o produtor primário e, vou mais além, não só o pequeno, mas as grandes siderúrgicas, estão pagando uma exorbitância de imposto. Por exemplo: no caso da Siderúrgica Nacional, a compra minério e não recebe o crédito de imposto porque minério é imposto único. O calcário que utiliza não dá crédito. Os lubrificantes não dão crédito. A mão de obra não dá crédito. Resultado: tudo que pagar o produtor primário é imposto. Quero lembrar ao nobre Senador que esses 15% eram 30% aqui e na Paraíba eram 30%. Ainda aqui pagamos 30% mais. Um quinto a mais, e isso não é suportado pelo produtor nordestino. Não somos contra a implementação do ICM, mas sim a implementação, mas na medida em que os produtores industrializados de São Paulo e do sul brasileiro. Lá há grandes indústrias, componentes de centenas de outras fábricas que lhes fornecem o crédito de imposto. Na questão da fabricação de uma geladeira, um automóvel, não é aumentado o imposto de cascata desaparece para o produtor primário — como no caso da Siderúrgica Nacional — mas não é imposto, é um confisco.

O Sr. Aurélio Vianna — O Senador Antônio Carlos interpretou muito mal os nossos argumentos e se ficou sem nos Anais os seus argumentos, toda a nossa argumentação não te-

ria validade. Realmente, se o imposto de vendas e consignações rendia ao Estado 15 e 20%, esses 15 ou 20%, não saíam do pequeno nem do médio e mesmo do grande produtor; saíam 5 ou 6% — creio que havia um Estado que cobrava 7% — do imposto de vendas e consignações. Ora, o que defendemos é que, no estágio atual da apropriação do Brasil, o pequeno e médio produtor não podem pagar 15 a 18% só do imposto de circulação de mercadorias, com aqueles agravantes todos que nós já apresentamos, sem contestação, porque não se pode haver. Cito o nobre Senador João Cleofas o caso do leite. Todos sabem que em muitas regiões do Planalto Central o leite é vendido, particularmente às grandes cidades, a seis e sete centavos, na fonte. Se a pauta desses Estados atribuir o valor da venda na fonte de produção a quinze centavos, então, o imposto de Circulação seria à base de NCR\$ 0,15, como acontece com o gado. Se a pauta é de NCR\$ 0,20, à base de NCR\$ 0,20, então ele não vende a NCR\$ 0,06 ou a NCR\$ 0,07, e se pagasse na base de NCR\$ 0,20, pagaria NCR\$ 0,03. Este ficaria ainda com NCR\$ 0,03. NCR\$ 0,02, para forragem, aí, para tudo isso. E aquele intermediário que comprou a NCR\$ 0,06 e NCR\$ 0,07 o leite e que o está vendendo a NCR\$ 0,25 em muitas cidades do interior do Planalto, — porque no Nordeste a coisa é muito mais séria — iria pagar a diferença. Se de NCR\$ 0,25 para NCR\$ 0,15, 60% 0,10. Se de NCR\$ 0,20 para NCR\$ 0,15, 25% 0,05. Então, temos duas condições a fazer. Primeira: é que o imposto é desumano, quando taxado na fonte, como está taxado. E' iniqua na sua formulação, na sua maneira de arrecadar. Naquele tempo, o Estado arrecadava 15% 20% de duas, três, quatro operações. Vinha do produtor, e havia a cascata com o intermediário ou como os intermediários. Agora, o Estado arrecada os 20 ou 30% que arrecadava, porém, a parte principal a parte terrível, recai sobre aqueles que não estão em condições de pagar, que são o pequeno e o médio agricultor. A não ser que, em Santa Catarina e em outros Estados, seja diferente, que os pequenos e os médios agricultores estejam numa situação tão notável que possam arcar com essa tributação. Mas vimos, por V. Ex^a, que o pequeno e o médio agricultor do seu Estado pagam o Imposto de Circulação. Ficam limitados ao imposto de 15%. Por isto, dissemos que V. Ex^a não se deve dar por feliz, e o povo do seu Estado também porque, no Nordeste e em outras regiões as coisas acontecem de outra maneira.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Senhor Presidente, como diz o professor, esta discussão nasce a partir de...

O Sr. Patrício Portela — Permite V. Ex^a, um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Não, Sr. Patrício Portela, não vai mais do que o meu tempo está a se acabar.

O Sr. Patrício Portela — Das discussões em plenário chamamos a atenção para o fato de que a reforma tributária, sobre a qual estamos discutindo, não é apenas uma reforma tributária, mas é uma reforma econômica, e o desdobramento total da realidade das condições do País, no que concerne ao problema que se situa no âmbito do Poder Público, a segunda se refere à realidade econômica propriamente dita. Exemplo: os Estados vivem, em verdade, do Imposto de Circulação como viviam, anteriormente, do Imposto de Vendas e Consignações. No Nordeste, por exemplo, principalmente no Piauí e em Estados menores, não há indústria. E' cobrado 18% do pequeno produtor que, realmente, é o que preenche a menor zona econômica do Estado. O fato envolve grande injustiça, para usar precisa-

mente o termo do nobre Senador Aurélio Vianna, — é uma iniquidade. Retirar este imposto é esvaziar, em termos tributários, o Estado. Então há, em verdade, um irrealismo visível que o imposto foi concebido, criado com o objetivo de evitar deformações, descaminhos e exorbitâncias e, no entanto, está criando outros, talvez até mais graves. Cumpre já agora assinalar outro aspecto do problema que se afigura de importância capital: é o que diz respeito à precipitação, na implantação do novo sistema tributário. A realidade econômica é muito complexa. Daqui que o poder público se arme de estrutura capaz de abrangê-la, vai em verdade, uma gama de problemas a resolver. Tal não foi reparado. O problema foi, pura e simplesmente, de excesso de prepotência do Poder Público no agir no inovar, no implantar. Em suma, Sr. Senador, há injustiça enorme e há erros evidentes. Cobrar impostos é absolutamente justo. Estado nenhum pode viver sem isto. Mas cobrar de quem não tem capacidade para levar os recursos aos cofres do Poder Público, porque não tem poupança, porque luta pela sobrevivência, é um fato que tem de ser considerado pela nossa sensibilidade.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato pelo aparte do nobre Senador.

Sr. Presidente, vou encerrar minhas palavras, convicto de que em breve a reforma tributária terá os benefícios e as soluções que, há muito, vêm sendo exigidas, a fim de que nossa este País entrar na fase de desenvolvimento, de processos e de bem-estar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem).

COMPARTECER NÓS O SENADOR FONTANA:

Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Patrício Portela
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Passos de Oliveira
Ciberto Martins
Milton Gomes
Lino de Mattos
João Abrahão

Antônio Carlos
O SR. PATRÍCIO PORTELA:
(Guilherme Gondim) — Esta discussão é hora do Expediente.
Fassa-se à...

CIDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 61 de 1961, de autoria do Sr. Senador Balthazar Neto, que estabelece normas para o pagamento das cotas cardeais em milhas e acentos e das cotas para os Estados do Nordeste (nºs 550 a 551, de 1963), das Comissões — de Constituição e Justiça, Jorjão...

O substitutivo foi prejudicado, em primeiro turno, pela aprovação do projeto.

Há sobre a mesa duas emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte artigo: Art. O disposto no artigo 1º da lei não se aplica aos processos, atos, administrativos ou judiciais, e as importâncias não tenham sido ainda levantadas pelos interessados.

Justificação

É a presente emenda uma alternativa em caso de não ser aprovada outra emenda de nossa autoria que dá nova redação ao artigo 1º do projeto.

Se aprovada aquela, desnecessária a aprovação desta, pois que respeita a legislação vigente.

Ao contrário, isto é, se rejeitada aquela emenda, mister a aprovação desta, a fim de salvaguardar o direito daqueles que fazem jus a cotas-partes de multas ou tenham o direito de participar no produto do leilão de mercadorias apreendidas, em processos já formados.

Visa, assim, proteger as hipóteses de processos findos administrativamente ou judicialmente, mas cujas importâncias ainda não foram levantadas pelos funcionários autuantes ou aprensores e denunciante.

O antecedente legal da presente emenda está consubstanciado no § 2º do art. 18 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964 que diz:

“Art. 18
§ 1º

§ 2º A aplicação deste artigo aos funcionários que fazem jus a participação em multas não abrange as que decorram ou venham decorrer, de processos iniciados até 31 de maio do corrente ano, na forma da legislação vigente.”

É de direito e justiça a presente emenda. Esperamos a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Catete Pinheiro

EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º:

Art. 1º. A participação de funcionários, ou de quem figure como denunciante, nas cotas-partes de multa ou no produto do leilão de mercadorias apreendidas, não excederá, no conjunto, aos limites fixados neste artigo.

Parágrafo único. Participação nas cotas-partes de multa: 40% (quarenta por cento). Participação no leilão de mercadorias apreendidas: 35% (trinta e cinco por cento).”

Justificação

Vista o projeto do nobre Senador Bezerra Neto por cobrir a omissão de denunciante e fiscais que mais se preocupam com a apreensão das mercadorias contrabandeadas do que promover a responsabilidade penal do contrabandista.

Com a emenda situamos o projeto nos termos da legislação vigente que estabelece, no § 7º do art. 9º da Lei nº 4.069, de 15 de junho de 1962, a participação no produto do leilão de mercadorias apreendidas em 35% (trinta e cinco por cento), e, no artigo 23 da Lei nº 4.863, de 23 de novembro de 1965, a participação nas cotas-partes de multa em 40% (quarenta por cento).

Oportuno lembrar que, nos termos da letra “b” do art. 125 do Decreto nº 58.400, de 10 de maio de 1966 (Regulamento do Imposto de Renda) as cotas-partes de multa estão sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte à razão de 10%.

Ante o exposto é de se esperar favorável acolhida à presente emenda. Sala das Sessões, em 7 de abril de 1967. — Catete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim).

Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

O projeto volta às Comissões, a fim de se pronunciarem sobre as duas emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE — (Guido Mondim)

Item 2: 1967

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 149, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Catete Pinheiro, solicita voto de congratulações pelo transcurso do 40º aniversário da inauguração do Serviço Aéreo Postal no Brasil, tendo Pareceres favoráveis, sob nº 168, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Requerimento. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Aprovado.

Assim, será incluído, na Ata, um voto de congratulações, conforme o Requerimento de autoria do nobre Senador Catete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio, por permissão com o Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch, por permissão com o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o simpático Sr. Ministro da Fazenda do atual Governo, depois de se avistar com S. Exa., o Sr. Presidente da República, teria declarado à imprensa que, ao invés de serem aumentados os alugueres, no território nacional, na base de 65%, o seriam na base de 35%.

Certamente S. Exa. acredita que essa é uma notícia de euforia para o povo brasileiro, porque ao invés de se aumentar em 65%, mesmo divididos em 3 parcelas, esse aumento seria somente na base de 35%.

É bem verdade, Sr. Presidente que, quando da discussão da atual Lei do Inquilinato, nos colocamos contra invariavelmente a mesma, porque além de outros dispositivos se encontravam determinando que a qualquer aumento do salário-mínimo deveria ocorrer, necessariamente, um aumento nas locações.

Mas estas tinham que ser na base do aumento do custo de vida no período de um ano, imediatamente anterior ao último aumento do salário-mínimo, além do adicional de 25%, que denominaram de letra K. Mas S. Exa. vem agora e diz que provavelmente, baixará um decreto, já que o Parlamento Nacional infelizmente não está legislando embora um projeto oriundo da Câmara dos Deputados congelando os alugueres por determinado período. Encontra-se nesta Casa há muitos meses, sem apreciação do Senado Federal. Em razão dessa omissão do Parlamento Nacional, o Executivo, baixará um decreto, ainda nesta altura dos acontecimentos, quando vigente a nova Constituição.

Mas S. Exa. disse que vai aumentar em 35% os alugueres, e em três parcelas.

Se essa medida se efetivar, Sr. Presidente, se nós, nas circunstâncias atuais, não aprovarmos, até 1º de maio, a proposição oriunda da Câmara, estaremos em face de um verdadeiro caso de calamidade pública.

Vou exemplificar, o maior salário-mínimo do País é o da Guanabara, que era de 84 mil cruzeiros e passou

a ser de 105 mil cruzeiros. Quer dizer, houve um aumento de 21 mil cruzeiros no maior salário-mínimo do País — o trabalhador passou a perceber mais 21 mil cruzeiros por mês. Ora, se nós, agora, aumentarmos os alugueres mesmo em 35% — porque seria assim, pela atual Lei do Inquilinato — haveria majoração em mais de 21 mil cruzeiros, uma vez que ao inquilino cabe as despesas de pagamento de taxas, de condomínio, etc.

Vamos exemplificar ainda mais: o aluguer de um só quarto, na Guanabara, para abrigar família numerosa, digamos, NCR\$ 80,00. É razoável. Vamos aplicar 35% sobre NCR\$ 80,00 e teremos 28, aumento maior do que o do salário-mínimo, no País, que foi de NCR\$ 21,00.

Chego a esta triste conclusão, Senhor Presidente: o operário preferia que não se lhe desse nenhum aumento de salário-mínimo, porque só a cota de aluguel supera o próprio aumento recebido, quando ele, certamente, obtive esse aumento de 21 cruzeiros novos, para fazer face a outras necessidades, tais como, vestuário, alimentação, ensino, etc. etc.

Faço um apelo à Presidência do Senado no sentido de colocar na Ordem do Dia o projeto — pelo tempo as Comissões já o devem ter examinado, — para que possamos, ainda antes de maio, aprovar pelo menos o projeto da Câmara, ou até emendá-lo, a fim de que, somente neste ano, não se majorarem os alugueres. Caso contrário, Sr. Presidente, não sei como poderá o operário suportar a onda geral de aumentos. Recentemente o do açúcar. — Divulgaram que o Sr. Enal-do Cravê Peixoto, Presidente da SUNAB, e os produtores fizeram um acordo de cavalheiros. Acordo de cavalheiros já houve dias atrás, de que resultou o aumento do preço do açúcar, mas esse acordo de cavalheiros, não foi cumprido. Agora, chegou-se a outro acordo de cavalheiros. Fazemos votos que se'a cumprido, para que, assim terminem as extensas filas observadas na Guanabara, simplesmente porque uma parte desses cavalheiros que fizeram o acordo anterior não estão de acordo com o novo acordo de cavalheiros...

Espero, repito, que o Senado aprove o projeto, em razão da atual conjuntura que o País atravessa, da verdadeira miséria em que o povo se encontra, determinando o congelamento dos alugueres, pelo menos durante este ano.

Era o apelo que desejava fazer à Presidência do Senado e às Lideranças dos dois Partidos aqui representados. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO, QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, larga região do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, a do Planalto Norte, tem a sua economia fundada na exploração da indústria ervateira. Esta atividade econômica estende-se ainda pelas regiões de Santa Catarina próximas à fronteira da República Argentina, o meio e o extremo Oeste.

Grande parte da produção ervateira de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, mais especialmente a erva produzida em solo catarinense,

era exportada para a República Argentina.

Inicialmente, todo o consumo de erva, do povo argentino, devia-se à produção brasileira, especialmente à do meu Estado. Mais tarde, o cultivo de erva-mate, naquele país vizinho, fez com que a nossa contribuição, a parcela do produto brasileiro no consumo do povo argentino, fosse determinada em função da mistura que lá se faz, para que o produto adquira determinado sabor.

E que, Sr. Presidente, sendo a erva brasileira nativa, o paladar argentino exigia essa mistura, para que a infusão tivesse um gosto mais suave.

Ultimamente, o Governo do vizinho país proibiu, abruptamente, a importação de erva-mate do Brasil.

Em novembro, quando, acompanhando o Sr. Ministro das Relações Exteriores, tive ocasião de visitar Buenos Aires, o problema já se apresentava aos importadores argentinos e aos exportadores brasileiros.

Tive ocasião de, com o nosso Embaixador, junto ao Governo argentino, cuidar do assunto e pedir-lhe as necessárias providências para que não ficasse, de uma hora para outra, desamparada a economia ervateira do meu Estado, de resto, do Brasil.

A esse fato, somou-se outro. Sr. Presidente; para aumentar as dificuldades dos produtores catarinenses: é que o Governo Federal entendeu de, na Reforma Administrativa, extinguir o Instituto Nacional do Mate, sem que atribuisse a outro órgão capaz as funções que eram exercidas por aquela autarquia econômica.

No momento, ocorre o seguinte fenômeno: aumentam os estoques de erva cancheada e moída nas cidades de Mafra, Ganoinhas, Porto União, Chapeco, Joaçaba e outras localidades do meu Estado. Por outro lado, segundo informações de que tive conhecimento, diminui o consumo da erva-mate na República Argentina, por falta de erva com aquele sabor da preferência do consumidor do vizinho país, sabor suave que era obtido através da mistura da erva produzida em Missiones e da erva oriunda de Santa Catarina e de outros Estados produtores do Brasil, inclusive Mato Grosso.

A situação é de desespero, entre os produtos brasileiros; tanto assim que acabo de receber despacho telegráfico da cidade de Canoínhas, concebido nos seguintes termos:

(Lê) “Solicitamos a vossa indispensável interferência junto aos poderes competentes, a fim do restabelecimento do comércio ervateiro entre o Brasil e a República Argentina; a paralisação do comércio ervateiro desfechoou um profundo golpe na economia catarinense, principalmente para o nosso município e regiões circunvizinhas.

Cordiais saudações — Tufti Nader, Presidente da Câmara Municipal de Canoínhas — Santa Catarina”.

Entendo que o problema precisa ser encarado seriamente pelo Ministério das Relações Exteriores, pois que, havendo essa circunstância de que o consumidor argentino prefere, realmente, a mistura do produto nacional com o produto brasileiro, não compreendo que, alguns meses depois de baixada a medida do Governo argentino, proibindo a importação de erva-mate brasileira, não se tenha chegado a uma solução capaz de atender à economia de uma larga região de meu Estado e de outras regiões de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

No ano passado, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei criando o Conselho Nacional do Comércio Exterior — o CONCEX — órgão instituído, especificamente, para cuidar do incremento das exportações brasileiras.

O Itamarati e esse órgão, que conta com a participação dos Ministros de Estado das pastas encarregadas dos

problemas econômicos, não vejo como possam deixar de cuidar seriamente de uma solução, de modo que se venha a reinar as exportações de ervamate brasileira para o mercado platino.

Dando conhecimento à Casa do telegrama da Câmara Municipal de Canoinhas, dirijo, desta tribuna, um apelo ao Sr. Ministro das Relações Exteriores e ao Conselho de Comércio Exterior, para que examinem o problema com a necessária urgência e encontrem a solução capaz de atender aos legítimos interesses dos produtores do Estado que represento nesta Casa. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, atento à vida da minha região, ao seu progresso e desenvolvimento, às dificuldades e ao sofrimento do seu povo, venho nesta tarde, neste fim de sessão de sexta-feira, trazer ao conhecimento do Senado a situação calamitosa que se está verificando no Nordeste brasileiro e de um modo especial, no Estado da Paraíba.

Sr. Presidente, há pouco o eminente representante do Estado da Guanabara, Senador Gilberto Marinho, fazia a apoteíose da última Enciclica do Papa Paulo VI, "Populorum Progressio", com o brilho de sua inteligência. Em aparte o representante do Amazonas, o ilustre Senador Arthur Virgílio, tachava essa Enciclica de o maior documento do século, acrescentando que as palavras do Chefe da Igreja vieram para sensibilizar todo o mundo. Recordou-o, o nobre Senador Patrício Portela, lá da nossa região.

Embaldado nas palavras brilhantes dos colegas, e no conteúdo daquele documento, que a minha modesta oração — mais árdua do que mesmo um discurso — vá tocar a sensibilidade dos atuais dirigentes da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Paraíba estava numa perspectiva de magnífico inverno neste 1967.

És que, verdadeiras trombas d'água começaram a cair no Nordeste e, como acaba de ocorrer no município de Patos, criando uma situação de calamidade pública naquela região.

No ano passado, no Estado da Guanabara, pereceram cerca de trezentas pessoas. E a repetição da tragédia este ano não atingiu apenas aquele Estado, mas também nos gloriosos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde perderam a vida milhares de pessoas.

Ainda está bem vivo na nossa memória o que ocorreu em Caraguatuba, cidade localizada no litoral paulista, totalmente destruída pelas chuvas.

Esses fenômenos dão até a impressão de que algo de anormal está-se verificando na natureza.

Sr. Presidente, anteontem, em Patos, cidade encravada no coração do sertão, conforme disse anteriormente — por onde todos os Municípios do Oeste escoam a sua produção e fazem o comércio para o Cariri, para a Caatinga, para o Brejo e para o Litoral paraibanos, inclusive a Capital e o Pólo de Cabedelo — banhada pelo Rio Espinharas, caiu uma tromba d'água que destruiu completamente uma das maiores pontes do Nordeste, ali localizada. Isso significa que as cidades do oeste da Paraíba estão absolutamente isoladas do resto do Estado, com tremendo prejuízo para toda a nossa gente.

Tenho aqui um telegrama de um Deputado Estadual do meu Estado, o

Deputado José Gayoso, proprietário e fazendeiro no Município de Patos, em que S. Ex.^a nos dá notícia de um inverno muito bom e promissor. Mas acontece que o telegrama é do dia 31 de março e veio chegar à Capital da República hoje, 7 de abril. Para vir a esta tribuna valho-me das informações que as emissoras do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife nos transmitiram, na manhã de hoje, dando os detalhes do acontecimento. Também o Deputado da representação federal da Paraíba, Theotonio Neto, de lá regressando, fez um pronunciamento na Câmara sobre a catástrofe que se abateu sobre a nossa terra.

Foi baseado nessas informações que vim solidarizar-me com minha gente sofredora e pedir as providências dos poderes públicos.

O serviço telefônico não nos ocorrerá jamais. Basta vermos que o telegrama do Deputado José Gayoso, vindo do município flagelado, era do dia 31 de março, antes do verdadeiro dilúvio que criou uma situação de calamidade pública para aquele município.

Embora homem de oposição, venho à tribuna para apelar ao Presidente Costa e Silva e seu Ilustre Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, para que venham ao encontro dos sertanejos paraibanos, agora flagelados pelo excesso da chuva.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUI CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Uma nação devidamente organizada geralmente apresenta um serviço de Correios e Telégrafos perfeito. É o que se vê nos grandes países, alguns dos quais tive oportunidade de conhecer, comprovando pessoalmente a organização desses serviços. V. Ex.^a tem absoluta razão. Inegavelmente os serviços de Correios e Telégrafos do Brasil são talvez os mais desorganizados do mundo. A ligação Rio-Manaus, por exemplo, é feita por telex. Para que um telegrama chegue a um dos destinatários leva pelo menos três dias e não sei calcular quantos dias levará para chegar ao Município de Benjamin Constant, ao Município de Elicia do Acre, ou ao Município de Erupé, no interior do meu Estado. Ficamos assim quase isolados, nós que somos homens do interior, nós que somos homens da província, ficamos assim quase que isolados do resto do País por essa dificuldade de comunicações, que V. Ex.^a acentua com muita propriedade e com muita razão.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — O discurso que V. Ex.^a pronuncia no momento tem duas faces: uma referente à irregularidade nas comunicações postais e telegráficas com a Capital da República. Nesta parte quero solidarizar-me com as declarações que acabam de ser feitas pelo eminente representante do Amazonas, que honra o Congresso Nacional e principalmente nesta Casa pela sua inteligência, pela sua cultura, pelo seu espírito público. Solidarizo-me com S. Ex.^a nesse propósito e, ao mesmo tempo, com o apelo que se faz ao Governo, no sentido de que se regularizem essas comunicações de caráter rápido, sobretudo a correspondência telegráfica. Os telegramas estão chegando com um atraso imenso. V. Ex.^a acaba de salientar, por esse telegrama primeiro que recebeu, o retardamento de cerca de sete dias entre o despacho na Paraíba e o recebimento aqui. Eu também tenho recebido telegramas com atrasos maiores. De modo que enquanto se elevam as taxas, com o sentido, com o pensamento, com as declarações ou o propósito de regularizar serviços de comunicações, o serviço piora, as comunicações se tornam

mais lentas, mais embaraçadas, não sabemos porque. É um grande problema que o novo Governo tem, esse de regularizar as comunicações. A outra face do discurso de V. Ex.^a é a que se refere à calamidade que, na verdade, se verificou na Paraíba, com uma tromba d'água, com uma enchente formidável em um dos nossos rios, destruindo a ponte de Patos sobre o Rio Espinharas que, como disse V. Ex.^a, é o escoadouro de toda a produção da zona do sertão, do Cariri, do litoral, da Caatinga, zonas de nosso Estado. Quero solidarizar-me com V. Ex.^a nesse apelo que formula, com alto espírito público, ao novo Presidente da República, no sentido de que tome providências imediatas para remediar essa situação, resolver problema que, na verdade, interessa não só à economia do Estado, mas à própria economia nacional. V. Ex.^a fala, no momento, em meu nome também, como representante da Paraíba. Não se encontra presente o Senador Domicio Gondim, porém tenho certeza de que S. Ex.^a unirá sua palavra à de V. Ex.^a nesse pensamento de pedir a ajuda do Governo na emergência dolorosa em que se encontram nossos conterrâneos.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente representante do Amazonas, Senador Arthur Virgílio, fazendo considerações justas acerca das comunicações telegráficas no Brasil; e o do meu eminente colega, Senador Argemiro de Figueiredo, que hipotecou sua solidariedade, não somente à parte relacionada com as comunicações, que nos chegam do nosso Estado à Capital da República com atraso imenso, mas também, e sobretudo, no que diz respeito à razão de nossa presença nesta tribuna, que é precisamente solicitar acudam o Governo da República e o seu Ministro dos Transportes a população de Patos e, quanto antes, restaurarem a ponte sobre o Rio Espinharas, considerada como uma das maiores do Nordeste.

Como acabou de ratificar o Senador Argemiro de Figueiredo, a Cidade de Patos é uma das mais importantes do Nordeste e da nossa região. Depois da Cidade de Campina Grande, que é uma metrópole do Nordeste, Patos é uma das mais progressistas do sertão brasileiro.

Não posso, nem S. Ex.^a, nem o nobre Senador Domicio Gondim — que não se encontra presente mas, segundo o nobre Senador Argemiro de Figueiredo estaria solidário conosco, estou certo que sim — não podemos ficar diante do que está acontecendo na Paraíba.

A comunicação telegráfica não adianta. Mas teremos dado pelo menos, através da Hora do Brasil, através das emissoras que chegam lá, notícias de como estamos aqui vivendo os sofrimentos dos paraibanos.

Estamos certos de que as providências serão tomadas e o Chefe da Nação, bem como o seu Ministro dos Transportes, a estas horas, já devem ter enviado um emissário daquela região flagelada pelas águas.

Assim como ocorre os Estados poderosos, o Governo deve amparar a Paraíba nessa calamidade. São Paulo que é São Paulo pede auxílio ao Governo Federal; o Rio de Janeiro, Minas, que é possante, e tantos outros, quando assolados por calamidade pública como esta que se verifica na Paraíba.

Encerro estas palavras convencido de que o Senhor Ministro dos Transportes, o Coronel Mário Davi Andreazza, que já tem feito declarações à imprensa sobre a maneira como encara a coisa pública na sua pasta e como ouve os reclamos do povo, ouvirá os nossos.

E o novo Ministro das Comunicações, do Estado da Bahia, terra do Senador Josaphat Marinho, o Minis-

tro Carlos Simas, haverá também de tomar providências, haverá de tomar conhecimento da palavra de três Senadores: o ilustre Senador Arthur Virgílio, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, e do humilde orador, e dar as providências no sentido de restabelecer os meios de comunicações em nosso País. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Duarte Filho.

O SR. DUARTE FILHO:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, ouvi com tristeza o discurso do nobre Senador Ruy Carneiro, da Paraíba, quando descrevia o que se passa na cidade de Patos, naquele Estado, tristeza que se junta à que me invade, há poucos instantes, quando recebi do Governador do meu Estado Monsenhor Gurgel, mensagem transmitida por Western para o Rio de Janeiro e retransmitida para aqui, por telefone, e dirigida à bancada do Rio Grande do Norte.

Nesta mensagem S. Ex.^a, o Senhor Governador, comunica que, diante das chuvas torrenciais caídas no Estado, nos últimos dias, foram inundados os Vales de Agui, Ceará-Mirim e Potengi, ameaçando também o Vale do Apodi.

De todos esses vales, o mais atingido pela calamidade foi o de Agui. Ontem à noite, três cidades ribeirinhas se encontravam isoladas: Ipananguçu, Pendências e Carnaúbas.

Diz a mensagem do Monsenhor Walfredo Gurgel que dezenas de casas rurais já foram destruídas, milhares de habitantes das zonas ribeirinhas se encontram desabrigados, e que, o Estado não pode melhorar a situação dos habitantes atingidos pela referida calamidade. Apela que a bancada do seu Estado se entenda com as autoridades competentes, a fim de que se socorra aquele pequeno Estado.

O Vale do Ceará-Mirim também foi invadido pelas águas, trazendo prejuízos consideráveis aos canaviais porque lá que se situa a maior plantação de cana de açúcar no Rio Grande do Norte. Se as águas transbordaram o vale do Apodi, o vale que banha a região salmeira do Rio Grande do Norte, na zona oeste, temos as salinas destruídas bem como os depósitos de sal das salinas que constituem o parque salmeiro do município de Mossoró, Grossos e Arariú Branco. Então, a calamidade não é só da população, mas do próprio Estado que vai sofrer, profundamente, da sua economia.

Esta calamidade me faz lembrar a que ocorreu no meu Estado, em 1961. Era, então eu Secretário de Saúde do Governo Aluizio Alves, quando o vale do Agui e o vale do Apodi foram inundados, provocando uma calamidade enorme, com sérias consequências para toda a população ribeirinha. S. Ex.^a o governador de então destacou para chefiar os serviços de socorro e de saúde pública, a fim de evitar as epidemias comuns em casos idênticos. Felizmente, para o Rio Grande do Norte, naquela época, em 1961, contamos com a cooperação e a cobertura integral das guarnições do Exército, Marinha e Aeronáutica, sediadas em Natal, e dos Serviços do Departamento Nacional de Endemias Rurais e do Serviço Especial de Saúde Pública. De maneira que tiveram assistência completa todos os flagelados das enchentes e foi evitado naquelas regiões, qualquer surto epidêmico.

A minha esperança, a esperança do povo do Rio Grande do Norte, é

que as atuais autoridades tomem idênticas providências, porque, se assim acontecer, o povo do meu Estado será assistido nesta contingência dolorosa.

Senhor Presidente, quem conhece, como o Senado conhece, Monsenhor Walfredo Gurgel, homem ponderado, calmo, sabe que, quando S. Ex.^a afirma alguma coisa é porque está ciente do fato. Assim, quando S. Ex.^a afirma que existe calamidade é porque realmente, a desgraça se abateu sobre o Rio Grande do Norte. Pode o Senado ficar certo disto, porque conhece Monsenhor Walfredo Gurgel e sabe que é um homem sério, digno, honrado, que não nos enviaria notícias que não fossem realmente verificadas.

Sairei daqui, Sr. Presidente, e irei pedir ajuda às autoridades competentes.

Estou certo de que o Governo do Marechal Costa e Silva fará o que o Governo Federal fez em 1961, dando toda a cobertura para que o povo do Rio Grande do Norte, ora debaixo de calamidade, possa sentir os esforços do Governo Federal para mitigar-lhe os sofrimentos, trazendo-lhe assistência efetiva. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão designando para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 175, de 1967), do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1967 (número 4.068-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCRs 3.211.578,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei nº 4.378, de 3 de dezembro de 1965.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 174, de 1967) do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1967 (nº 3.804-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de NCRs 60.924,21 (sessenta mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos), destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1963.

3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1966, de autoria do Sr. Senador Cay da Fonseca, que declara de utilidade pública o ISCRE (Instituto Social Cristão de Reforma de Estrutura), tendo

Pareceres Favoráveis, sob números 855, 856 e 857, de 1966, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Educação e Cultura e
- de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos)

Encíclica "Populorum Progreso," de Sua Santidade Paulo VI, que se publica nos termos do Requerimento nº 163, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, aprovado na sessão de 4-4-67.

A QUESTÃO SOCIAL É HOJE. MUNDIAL

1. DESENVOLVIMENTO DOS POVOS

"O desenvolvimento dos povos, e, muito especialmente, o daqueles que se esforçam por escapar da fome, da miséria, das enfermidades encâmicas, da ignorância, que buscam uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa de suas qualidades humanas, que se orientam com decisão para o pleno desenvolvimento é observado pela Igreja com atenção. Apenas terminando o Segundo Concílio Vaticano, uma renovada tomada de consciência das exigências da mensagem evangélica obriga a Igreja a colocar-se a serviço dos homens, para ajudá-los a captar todas as dimensões deste grave problema e convencê-los da urgência de uma ação solidária nesta mudança decisiva da história da humanidade.

2. ENSINAMENTO SOCIAL DOS PAPAS

Em suas grandes Encíclicas, *Rerum Novarum*, de Leão XIII, *Quadragesimo Anno*, de Pio XII, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, de João XXIII — sem falar das mensagens ao mundo, de Pio XII — nossos predecessores não faltaram ao dever que tinham de projetar sobre as questões sociais de seu tempo a luz do Evangelho.

3. FATO IMPORTANTE

Hoje, o fato mais importante do qual todos devem tomar conhecimento é o de que a questão social assumiu uma dimensão mundial. João XXIII o afirma sem rodeios, e o Concílio se fez eco desta assertiva em sua constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. Este ensinamento é grave e, sua aplicação, urgente. Os povos famintos interpelam hoje, com acento dramático, os povos ricos. A Igreja sofre ante esta crise de angústia, e conclama a todos, para que respondam com amor ao apelo de seus irmãos.

4. NOSSAS VIAGENS

Antes de nossa elevação ao Sumo Pontificado, nossas duas viagens à América Latina (1960) e à África (1962) já nos puseram em contato imediato com os angustiantes problemas que afligem continentes cheios de vida e de esperanças.

Revestidos da paternidade universal, podemos, em nossas viagens à Terra Santa e à Índia, ver com nossos olhos e com o tocar de nossas mãos as gravíssimas dificuldades que esmagam povos de antiga civilização, em luta com os problemas de desenvolvimento. Enquanto em Roma se celebrava o Segundo Concílio Ecumênico Vaticano, circunstâncias providenciais nos levaram a poder falar diretamente à Assembléia-Geral das Nações Unidas. Perante tão amplo aréopago, fomos os advogados dos povos pobres.

5. JUSTIÇA E PAZ

Por último, no desejo de responder ao voto do Concílio e de concretizar a contribuição da Santa Sé a esta grande causa dos povos em vias de desenvolvimento, julgamos que era nosso dever criar, entre os organismos centrais da Igreja, uma comissão pontifícia encarregada de "suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da função que os tempos atuais pedem a cada um, visando a promo-

ver o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a Justiça Social entre as nações, a oferecer aos que se acham menos desenvolvidos, uma ajuda, que lhes permita prover, eles próprios, e para si mesmos, o seu progresso". Justiça e Paz é seu nome e seu programa. Pensamos que este programa pode e deve congrega os homens de boa vontade com nossos filhos católicos e irmãos cristãos.

Por isto, dirigimos hoje a todos este solene apelo para uma ação concreta em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade.

1 — OS DADOS DO PROBLEMA.

6. ASPIRAÇÕES DOS HOMENS

Ver-se livre da miséria, encontrar com mais segurança a própria subsistência, a saúde, uma ocupação estável. Participar ainda mais nas responsabilidades, fora de toda opressão e ao abrigo de situações que ofendem sua dignidade de homem. Ser mais instruído. Em uma palavra fazer, conhecer e ter mais para ser mais; tal é a aspiração dos homens de hoje, enquanto um grande número deles se vê condenado a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo. Por outra parte, os povos chegado recentemente à independência nacional sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, social não menos do que econômico, a fim de assegurar a seus cidadãos seu pleno desenvolvimento humano e ocupar o pósto que lhes corresponde no concerto das nações.

7. COLONIZAÇÃO E COLONIALISMO

Ante a amplitude e a urgência do trabalho que se há de levar a cabo, dispomos de meios herdados do passado, ainda que insuficientes. Certamente, há de se reconhecer que as potências coloniais com frequência têm perseguido seu próprio interesse, seu poder ou sua glória, e que, ao se retirarem, deixaram por vezes uma situação econômica vulnerável, ligada, por exemplo, à monocultura, cujo rendimento econômico é submetido a bucas e amplas variações.

Porém, mesmo reconhecendo os erros de um certo colonialismo, e, de suas consequências, é necessário, ao mesmo tempo, render homenagem às qualidades e às realizações dos colonizadores, que, em tantas regiões abandonadas, levaram sua ciência e sua técnica, deixando preciosos frutos de sua presença. Por incompletas que sejam, as estruturas estabelecidas permanecem e fizeram retroceder a ignorância e a enfermidade, estabeleceram comunicações benéficas e melhoraram as condições de vida.

8. DESEQUILIBRIO CRESCENTE

Aceito o que foi dito, é bem certo que esta preparação é notoriamente insuficiente para enfrentar a dura realidade da economia moderna. Delixada a si mesma, seu mecanismo conduz amiúde a um agravamento, e não a uma atenuação, na disparidade dos níveis de vida: os povos ricos desfrutam de um crescimento rápido, ao passo que os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio cresce: uns produzem com excesso gêneros alimentícios que faltam cruelmente a outros, e estes últimos vêem que suas exportações se tornam incertas.

9. MAIOR TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Ao mesmo tempo, os conflitos sociais se ampliaram até tomar as dimensões do mundo. A viva inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países que se vão industrializando, se apodera agora daqueles em que a economia é quase exclusivamente agrária: os camponeses adquirem, eles também, a consciência de sua miséria, não merecida.

A isto se acrescenta o escândalo das disparidades gritantes, não apenas no gozo dos bens, mas ainda mais no exercício do Poder. Enquanto em algumas regiões uma oligarquia goza de uma civilização refinada, o resto da população, pobre e dispersa, está privada de quase todas as possibilidades de iniciativa pessoal e de responsabilidade, e, muitas vezes, inclusive vivendo em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana.

10. CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Por outra parte, o choque entre as civilizações tradicionais e as novidades da civilização industrial rompe as estruturas, que não se adaptam, as novas condições. Seu âmbito, muitas vezes rígido, era o apoio indispensável da vida pessoal e familiar, e os velhos se agarram a ele, enquanto os jovens o repelem, como um obstáculo inútil, para se voltarem avidamente para novas formas de vida social.

O conflito das gerações se agrava, assim, como um trágico dilema: ou conservar instituições e crenças ancestrais, e renunciar ao progresso, ou abrir-se às técnicas e civilizações, que vêm de fora, porém repelindo, com as tradições do passado, toda sua riqueza humana. De fato, os apelos morais espirituais e religiosos do passado cedem com muita frequência, sem que por isso mesmo esteja assegurada a inserção no mundo novo.

11. CONCLUSÃO

Neste caos, a tentação se torna, tão violenta que ameaça arrastar para os messianismos prometedores, porém forjadores de ilusões. Quem não vê os perigos que há nêle, de reações populares violentas, de agitações insurrecionais e de deslizamentos para as ideologias totalitárias? São esses os dados do problema, cuja gravidade não pode escapar a ninguém.

II. — A IGREJA E O DESENVOLVIMENTO

12. O TRABALHO DOS MISSIONÁRIOS

Fiel aos ensinamentos e ao exemplo de seu divino fundador, que deu como sinal de sua missão o anúncio da boa notícia aos pobres, a Igreja nunca deixou de promover a elevação humana dos povos, aos quais levava a fé no Cristo. Ao mesmo tempo em que a Igreja e seus missionários construíam, asilos e hospitais, escolas e universidades, ensinando aos indígenas o modo de tirar proveito dos recursos naturais, os protegeram freqüentemente contra a cobiça dos estrangeiros. Sem dúvida nenhuma, seu trabalho, pelo fato de ser humano, não foi perfeito e alguns puderam mesclar, algumas vezes, não poucos modos de pensar e de viver de seu país de origem com o anúncio da autêntica mensagem evangélica.

Porém, souberam também cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões, souberam colocar-se entre os precursores do progresso material não menos do que da elevação cultural. Basta recordar o exemplo do Padre Carlos de Foucauld, a quem se julgou digno de ser chamado, por sua caridade, o "Irmão Universal" e que compilou um precioso dicionário da língua tuaregue. Temos de render homenagem a estes muito freqüentemente ignorados, imbuídos da caridade de Cristo, o mesmo que seus emulos e sucessores, que continuam dedicando-se, ainda hoje, ao serviço generoso e desinteressado daqueles que evangelizam.

13. IGREJA E MUNDO

Porém, daqui por diante, as iniciativas locais e individuais já não bastam. A presente situação do mundo exige uma ação em conjunto, que tenha como ponto de partida uma clara visão de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais e espirituais.

Com a experiência que tem da humanidade, a Igreja, sem pretender de maneira alguma mesclar-se na política dos Estados, só deseja uma coisa: continuar a mesma obra de Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para julgar, para servir e não para conquistar o poder terreno, afirmar claramente que os dois campos são distintos, da mesma maneira que são soberanos os dois poderes, o eclesástico e o civil, cada um em seu terreno. Mas, vivendo na História, ela deve estudar profundamente os signos dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho. Fazendo parte das melhores aspirações dos homens e sofrendo ao não vê-las satisfeitas, deseja ajudá-las a conseguir seu pleno desenvolvimento e isto precisamente porque ela lhes propõe o que ela possui, como próprio: uma visão global do homem e da humanidade".

VISÃO CRISTA DO DESENVOLVIMENTO

14.

O desenvolvimento, não se reduz ao simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, isto é, promover todo homem e todo o homem. Como bem acentuou um eminente especialista:

Nós não aceitamos a separação da economia do humano, o desenvolvimento das civilizações em que está inscrito, o que conta para nós é o homem, cada homem, cada agrupamento de homens, até a humanidade inteira".

15. VOCAÇÃO

Nos desígnios de Deus, cada homem deve desenvolver-se porque toda a vida é uma vocação. Desde seu nascimento foi dado a todo ser humano um conjunto de aptidões e de qualidades, para fazê-las frutificar: seu desenvolvimento, fruto da educação recebida no próprio ambiente e do esforço pessoal, permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe foi proposto pelo Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, o homem é responsável por seu crescimento, assim como por sua salvação.

Ajudado e às vezes perturbado pelos que o educam e o cercam, cada um permanece sempre, quaisquer que sejam os influxos que sobre ele se exercem, o principal artífice de seu êxito ou de seu fracasso. Pelo simples esforço de sua inteligência e de sua vontade, cada homem pode crescer em humanidade, ser mais.

16. DEVER PESSOAL

Por outro lado, este crescimento não é facultativo. Da mesma maneira que a criação inteira foi ordenada por seu Criador, a criatura espiritual está obrigada a orientar espontaneamente sua vida para Deus, verdade primeira e bem soberana. Conclui-se que o crescimento humano constitui um resumo de nossos deveres. Mais ainda, esta harmonia da natureza, enriquecida pelo esforço pessoal e responsável, está fadada a superar-se a si mesma. Por sua inserção em Cristo vivo, o homem tem o caminho aberto para o progresso novo, para o humanismo transcendental, que lhe dá sua maior plenitude. Tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal.

17. E COMUNITÁRIO

— Mas cada homem é membro da sociedade, pertence à humanidade inteira. E não é somente este ou aquele homem, mas todos os homens estão chamados a este desenvolvimento total, pleno. As civilizações nascem, crescem e morrem. Mas como as ondas do mar num fluxo de maré cheia, avançam, um pouco mais, na areia da praia, da mesma maneira a humanidade avança no caminho da História. Herdeiros de gerações passadas e beneficiários do trabalho de nossos contemporâneos, temos compromissos para com todos e não pode-

mos nos desinteressar dos que virão aumentar ainda mais o círculo da família humana. A solidariedade universal, que é um fato e um benefício para todos, é também um dever.

18. ESCALA DE VALORES

— Este crescimento pessoal e comunitário se veria comprometido se fosse alterada a escala de valores. É legítimo o desejo do necessário, e trabalhar para conseguí-lo é um dever. "O que não quer trabalhar que não coma". Mas a aquisição dos bens temporais pode conduzir à cobiça, ao desejo de ter cada vez mais e à tentação de aumentar o próprio poder. A avareza das pessoas, das famílias e das nações, pode apoderar-se dos mais desprovidos, assim como dos mais ricos, e suscitar uns e noutros um materialismo sufocante.

19. CRESCENTE AMBIVALENCIA

— Assim, pois, ter mais, para os povos como para as pessoas, não é um fim último. Todo crescimento é ambivalente. Necessário para permitir que o homem seja mais homem, encerra-o como numa prisão, desde o momento que se converte no bem supremo, que impede olhar mais longe. Então os corações se endurecem e os espíritos se fecham, os homens já não se unem por amizade mas sim por interesse, que logo os torna opostos e desunidos. A busca exclusiva do poder se converte num obstáculo para o crescimento do ser e se opõe à sua verdadeira grandeza. Para as nações, como para as pessoas, a avareza age a forma mais evidente de subdesenvolvimento moral.

20. UMA CONDIÇÃO MAIS HUMANA

— Se para levar a cabo o desenvolvimento são necessários técnicos, cada vez em maior número, para este mesmo desenvolvimento se exige dos sábios reflexão profunda na pesquisa de um humanismo novo o qual permita ao homem moderno encontrar-se a si mesmo, assumindo os valores superiores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. Assim poderá realizar, em toda sua plenitude, o verdadeiro desenvolvimento, que é o passo, para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas a condições mais humanas.

21. IDEAL QUE DEVE SER PROCURADO

— Menos humanas: as carências materiais dos que estão privados do mínimo vital e as carências morais dos que estão mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras, que provêm do abuso da posse ou do abuso do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a saída da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura.

Mais humanas também: o aumento da consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito da pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que é a fonte e o fim. Mais humanas, enfim, e especialmente a fé, dom de Deus, aceito pela boa vontade do homem e a unidade na caridade de Cristo, que nos conchama a todos a participar, como filhos, na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens.

III — A AÇÃO QUE SE DEVE EMPREENDER

22. O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS

— Conhecer a terra e domi-la. A Bíblia desde suas primeiras páginas, nos ensina que a criação inteira é para o homem, que tem que aplicar seu esforço inteligente para valorizá-la e

mediante seu trabalho, aperfeiçoá-la, por assim dizer, colocando-a a seu serviço. Se a terra foi feita para proporcionar a cada um os meios de subsistência, e os instrumentos de seu progresso, todo homem tem o direito de encontrar nela o que necessita. O recente Concílio afirma: Deus destinou a terra e tudo que nela se encontra, para uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens criados devem chegar a todos de uma forma justa, segundo a regra da Justiça, inseparável da caridade. Todos os demais direitos, sejam quais forem, compreendidos os de propriedade e de livre comércio, estão a ele subordinados, não devem impedir, mas sim facilitar sua realização. É um dever social grave e urgente fazê-los voltar à sua primeira finalidade.

23. A PROPRIEDADE

— Se alguém tem bens deste mundo e vendo seu irmão em necessidade, fechar suas entranhas, como é possível que resida no amor de Deus? É sabido com que firmeza os padres das Igrejas esclareceram qual deve ser a atitude dos que possuem, em face dos necessitados: "Não é parte de teus bens — afirma Santo Ambrósio — o que tu dás a um pobre; mas sim o que lhe pertence. Porque o que foi para uso de todos, tu te apropriaste. A terra foi dada a todo o mundo e não somente aos ricos". Isto quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Não há nenhuma razão para se reservar o uso exclusivo de superar a própria necessidade, quando aos demais lhes falta o necessário.

Em outras palavras: o direito de propriedade não deve, jamais, ser exercido em detrimento da utilidade comum, segundo a doutrina tradicional dos padres da Igreja e dos grandes teólogos. Se houver um conflito entre os direitos privados adquiridos e as exigências comunitárias primordiais, cabe aos poderes públicos procurar a solução com a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais.

24. O USO DA RENDA

O bem comum exige, pois, algumas vezes a expropriação, seja pelo fato de sua extensão, de sua exploração deficiente ou nula, da miséria que daí resulta para a população, ou seja, pelo prejuízo considerável produzido aos interesses do País, algumas vezes servem de obstáculo à prosperidade coletiva.

Afirmando-a nitidamente o Concílio lembrou ainda, não menos claramente, que a renda disponível não é coisa que fica abandonada ao livre capricho dos homens e que as especulações egoístas devem ser limitadas. Não se poderia admitir, pois, que cidadãos, providos de rendas, abundantes, provenientes de recursos e da atividade nacional, as transferissem, em parte considerável, para o estrangeiro para puro proveito pessoal, sem preocupar-se com o dano evidente que com isto infligiria na própria pátria.

25. A INDUSTRIALIZAÇÃO

Necessária para o crescimento econômico e para o progresso humano, a industrialização é, ao mesmo tempo, sinal e fator de desenvolvimento. O homem, mediante a tenaz aplicação de sua inteligência e de seu trabalho, arranca, pouco a pouco, seus segredos à natureza, e faz melhor uso de suas riquezas. Ao mesmo tempo que disciplina seus costumes, desenvolve o gosto pela investigação e pela invenção, aceitando um risco calculado, a audácia das empresas, a iniciativa generosa e o sentido de responsabilidade.

26. CAPITALISMO LIBERAL

Mas, por desgraça, sobre estas novas condições da sociedade foi construído um sistema que consideramos proveito como o motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade particular dos meios de produção como um direito absoluto, sem limites nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo, na prática, que conduziu à ditadura, injustamente foi denunciado por Pio XII, como gerado do "imperialismo internacional do dinheiro".

Não há melhor maneira de reprovar tal uso do que lembrando, novamente, mais uma vez, que a economia está a serviço do homem. Mas se é verdadeiro que um certo capitalismo foi a causa de muitos sofrimentos, de injustiças e lutas fratricidas, cujos efeitos duram ainda, não é injusto que se atribua à industrialização mesma os males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanha. Pelo contrário é justo reconhecer a importância enorme da organização do trabalho para o progresso industrial da obra do desenvolvimento.

27. O TRABALHO

Do mesmo modo, se algumas vezes pode reinar uma mística exagerada do trabalho, não será menos certo que o trabalho seja querido e abençoado por Deus. Criado a imagem sua, o homem deve cooperar com o Criador na perfeição da Criação e marcar a terra com o caráter espiritual, que ele próprio recebeu.

Deus, que dotou o homem de inteligência, lhe tornou, também a maneira de acatar de alguma coisa. Sua obra, seja o artista ou o artesão, o patrão, o operário ou o camponês — todo trabalhador é um criador. Aplicando-se a uma tarefa que se lhe recorre, o trabalho lhe imprime sua marca, ao mesmo tempo que adquire tenacidade, engenho e espírito inventivo. Mais ainda, vivendo em comum, participando de uma mesma esperança, de um sentimento, de uma ambição e de uma alegria, o trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e funda as corações. Ao realizá-lo, os homens descobrem que são irmãos.

28. SUA AMBIVALENCIA

O trabalho, sem dúvida ambivalente, porque promete o dinheiro, a alegria e o poder, convida uns ao egoísmo e outros à revolta. Desenvolve também a consciência profissional, o sentido do dever e a capacidade em relação ao próximo. Mais científico e organizado, oferece o perigo de desumanizar quem o realiza, convertido em seu servo, porque o trabalho não é humano se não permanece inteligente e livre. João XXIII lembrou a urgência de restituir ao trabalhador sua dignidade, fazendo-o participar realmente do trabalho comum: "Deve-se tender a que a empresa se converta numa comunidade de pessoas, nas relações, nas funções e na situação de todo pessoal". Mas o trabalho dos homens, muito mais para o cristão, tem ainda a missão de colaborar na criação do mundo sobrenatural não terminado, até que cheguemos todos juntos a constituir aquele homem perfeito, de que fala São Paulo, "que realiza a plenitude de Cristo".

29. URGÊNCIA DA OBRA QUE É PRECISO REALIZAR

— É preciso que nos apremosmos. Os homens sofrem e aumenta a distância que separa o progresso de uns do estancamento e mesmo retrocesso dos outros. Todavia, é necessário que o trabalho que se deve realizar progrida harmoniosamente, sob pena de que seja rompido o equilíbrio indís-

pensável. Uma reforma agrária improvisada pode frustrar sua finalidade. Uma industrialização brusca pode deslocar as estruturas que ainda são necessárias, e engendrar misérias sociais, que seriam um retrocesso para a humanidade.

30. TENTATIVA DA VIOLENCIA

É certo que há situações cuja injustiça clama aos céus. Quando populações inteiras, carentes do necessário, vivem numa tal dependência que isso os impede de toda iniciativa e responsabilidade da mesma forma que toda possibilidade de promoção cultural e de participação na vida social e política, é grande a tentação de repelir com violência tão graves injúrias contra a dignidade humana.

31. REVOLUÇÃO

— Todavia, já se sabe: a insurreição revolucionária — salvo o caso de tirania evidente e prolongada, que atente gravemente contra os direitos fundamentais da pessoa e danifique perigosamente o bem comum do país — engendra novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas. Não se pode combater um mal maior.

32. REFORMA

— Que sejam bem entendidos: a situação presente tem de ser enfrentada valorosamente e devem ser combatidas e vencidas as injustiças que traz consigo. O desenvolvimento exige transformações audazes, profundamente inovadoras. É necessário emprender, sem esperar mais, reformas urgentes. Cada qual deve aceitar generosamente seu papel, sobretudo os que, por sua educação, sua situação e seu poder têm grandes possibilidades de ação. Que dando exemplo, comecem com seus próprios haveres, como já o fizeram muitos irmãos nossos no episcopado. Responderão, assim à expectativa dos homens e serão fiéis ao espírito de Deus, porque é "o fermento evangélico que suscitou e suscita no coração do homem uma exigência incoercível de dignidade."

33. PROGRAMAS E PLANIFICAÇÃO

— A simples iniciativa individual e o simples jogo da competição não seriam suficientes para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não se pode ariscar a aumentar ainda mais a riqueza dos ricos e a potência dos fortes, confirmando, assim a miséria dos pobres e acrescentando-a à servidão dos oprimidos. Os programas são necessários para "animar, estimular, coordenar, suprir e integrar" a ação de todos os indivíduos e dos corpos intermediários. Cabe aos poderes públicos escolher e ver o modo de impor os objetivos que é preciso propor, as metas que é necessário fixar, os meios para chegar a elas, estimulando ao mesmo tempo todas as forças, agrupadas nesta ação comum. Mas deverão ter o cuidado de associar a esta empresa as iniciativas privadas e os corpos intermediários. Evitarão assim o perigo de uma coletivização integral ou de uma planificação arbitrária que, ao negar a liberdade, exclua o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana.

34. A SERVIÇO DO HOMEM

Como todo programa concebido para aumentar a produção não tem razão de ser senão a serviço do homem. Se existe é para diminuir as desigualdades, combater as discriminações, livrar o homem da escravidão, torná-lo capaz de ser por si mesmo agente responsável de sua melhor material, de seu progresso moral e de seu desenvolvimento espiritual. Falar em desenvolvimento é, efetivamente, preocupar-se tanto pelo progresso social como pelo crescimento econômico. Não basta aumentar a riqueza comum para que seja repartida equitativa-

mente. Não basta promover o técnico para que a terra seja humanamente mais habitável. É preciso advertir aos que estão em vias de desenvolvimento sobre os perigos que é preciso evitar no ser e terreno. A tecnocracia do amanhã pode engendrar males reais ou meros temíveis que os do liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido a não ser para o homem, a quem devem servir. O homem não é verdadeiramente homem mais do que na medida em que, dono de suas ações e juiz de seu valor, faz-se ele próprio autor de seu progresso, segundo a natureza que lhe foi dada por seu criador e da qual assume livremente as possibilidades e as exigências.

35. ALFABETIZAÇÃO

Pode-se também afirmar que o crescimento econômico depende, em primeiro lugar, do progresso social. Por isso, a educação básica é o principal objetivo de um plano de desenvolvimento. Efetivamente a fome de instrução não é menos deprimente do que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito sufocamentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é recuperar a confiança em si mesmo e descobrir que se pode progredir ao mesmo tempo que os demais. Como dissemos em nossa mensagem ao Congresso da UNESCO, de 1955, em Teerã, a alfabetização é para o homem "um fator primordial da integração social, não menos do que um enriquecimento pessoal para a sociedade, um instrumento privilegiado de progresso econômico e de desenvolvimento". Por isso, alegramo-nos com o grande trabalho realizado neste domínio pelas iniciativas privadas, os poderes públicos e as organizações internacionais: são os primeiros passos do desenvolvimento, ao capacitar o homem a realizá-lo por si mesmo.

36. FAMILIA

Mas o homem não é o mesmo a não ser em seu meio social, onde a família tem uma função primordial, que pode ter sido excessiva, segundo as épocas em que se exerceu, em detrimento das liberdades fundamentais da pessoa. Os velhos quadros sociais dos países em vias de desenvolvimento, embora demasiado rígidos e mal organizados, devem contudo ser conservados ainda durante algum tempo, afrouxando-se progressivamente seu exagerado domínio. Mas a família natural, monogâmica e estável, tal como os desígnios divinos a conceberam, e que o cristianismo santificou, deve permanecer sendo este "ponto" de encontro de diversas gerações que se ajudam mutuamente a conseguir uma mais completa sabedoria e harmonizar os direitos das pessoas com as demais exigências da vida social.

37. DEMOCRACIA

— É certo que muitas vezes um crescimento demográfico acelerado se soma às dificuldades dos problemas de desenvolvimento. O volume da população cresce com mais rapidez do que os recursos disponíveis e encontramos, aparentemente, encerrados num beco sem saída. É, pois, grande a tentação de frear o crescimento demográfico com medidas radicais. É certo que os poderes públicos, dentro dos limites de sua competência, podem intervir, levando a cabo uma informação apropriada e adotando as medidas convenientes, contanto que estejam de acordo com as exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos esposos. Sem o direito inalienável ao casamento e à procriação não há dignidade humana. Em última análise, é aos pais que cabe decidir, com pleno conhecimento de causa, o número de seus filhos, acelerando suas responsabilidades perante Deus, perante eles mesmos, perante os filhos que trouxeram ao mundo e pe-

rante a comunidade a que pertencem, seguindo as exigências de sua consciência, instruída, pela Lei de Deus autenticamente interpretada e suscitada pela confiança nEle.

38. ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS

Na obra de desenvolvimento, o homem, que encontra na família seu meio de vida primordial, vê-se frequentemente ajudado pelas organizações profissionais. Se sua razão de ser é a de promover os interesses de seus membros, sua responsabilidade é grande diante da função educativa que pode e ao mesmo tempo deve cumprir: através da informação que fornecem, da formação que se propõem, muito podem para dar a todos o sentido do bem comum e das obrigações que isto supõe para cada um.

39. PLURALISMO LEGÍTIMO

Toda ação social implica uma doutrina. O cristão não pode admitir a que pressuponha uma filosofia materialista e atea, que não respalda nem a orientação da vida para seu fim último, nem a liberdade nem a dignidade humanas. Mas contanto que estes valores fiquem a salvo um pluralismo das organizações profissionais e sindicais é admissível, até certo ponto de vista, e útil, se proteger a liberdade e provocar a emulação. Por isso renderemos uma homenagem cordial a todos quantos trabalham no serviço desinteressado de seus irmãos.

40. PROMOÇÃO CULTURAL

Além das organizações profissionais, é de notar a atividade das instituições culturais. Sua função não é menor para o êxito do desenvolvimento. "O futuro do mundo corre perigo", afirma gravemente o Concílio, se não se formarem homens mais instruídos nesta sabedoria". E acrescenta: "muitas nações economicamente mais pobres, mas mais ricas em sabedoria, podem prestar às demais uma extraordinária utilidade. "Rico ou pobre, cada país possui uma civilização, recebida de seus maiores: instituições erigidas pela vida terrena e manifestações superiores — artísticas, intelectuais e religiosas — da vida do espírito. Enquanto estas contiverem verdadeiros valores humanos, seria grave erro sacrificá-las às outras. Um povo que o permitisse perderia com isso o melhor de si mesmo e sacrificaria, para viver, suas dazões de viver. O ensinamento de Cristo vale também para os povos: "De que serve ao homem ganhar todo o mundo se perder sua alma?"

41. TENTATIVA MATERIALISTA

— Os povos pobres jamais estarão suficientemente em guarda contra esta tentação, que lhes vem dos povos ricos. Estes apresentam com demasiada frequência, com o exemplo de seus êxitos numa civilização técnica e cultural, o modelo de uma atividade aplicada principalmente à conquista da prosperidade material. Não que esta última feche o caminho por si mesma à atividade do espírito. Pelo contrário, sendo este "menos escravo das coisas, pode elevar mais facilmente à adoração e à contemplação do próprio Criador" em relação a tudo quanto se lhes propõe. Os povos em fase de desenvolvimento devem, pois, saber escolher, discernir e eliminar os falsos bens, que trariam consigo uma diminuição do nível moral humano, aceitando os valores sadios e benéficos para desenvolvê-los juntamente com os seus. Que quer dizer isto senão o desenvolvimento integral de todo o homem e de todos os homens? Um humanismo fechado, impenetrável aos valores do espírito e a Deus que é a fonte deles, poderia aparentemente triunfar. Certamente o homem pode organizar a terra sem

Deus, mas, "em última análise, sem Deus não pode senão organizá-la contra o homem. O humanismo sem Deus não é um humanismo humano". Não existe, pois, mais do que um humanismo verdadeiro, que se abre ao absoluto reconhecimento de uma vocação, que dá a idéia verdadeira da vida humana.

HUMANISMO PLENO 42. CONCLUSÃO

— É um humanismo pleno que se torna necessário promover. Que quer dizer isto se não o desenvolvimento integral de todo o homem e de todos os homens? Um humanismo fechado, impenetrável aos valores do espírito e a Deus, que é fonte deles, poderia aparentemente triunfar. Certamente o homem pode organizar a terra sem Deus, mas, "em última análise, sem Deus não pode se não organizá-la contra o homem. O humanismo exclusivo e um humanismo inumano". Não existe, pois, mais do que um humanismo verdadeiro, que se abre ao absoluto reconhecimento de uma vocação, que dá a idéia verdadeira da vida humana. Longe de ser a norma última dos valores, o homem não se realiza a si mesmo se não superando-se. Segundo a tão acertada expressão de Pascal: "O homem supera infinitamente o homem".

RUMO AO DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE 43. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento integral do homem não pode efetuar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade. Já dizíamos em Bombaim: "o homem deve encontrar o homem, as Nações devem encontrar-se entre si como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos igualmente começar a agir para edificar o futuro comum da humanidade". Sugeríamos também a busca de meios concretos e práticos de organização e cooperação para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar assim uma verdadeira comunhão entre todos as Nações.

44. FRATERNIDADE DOS POVOS

Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. Suas obrigações têm suas raízes na fraternidade humana e sobrenatural e se apresentam sob triplice aspecto, dever de solidariedade na ajuda que as Nações ricas devem dar aos países em vias de desenvolvimento, dever de justiça social, melhorando as relações comerciais defeituosas os povos fortes a dever de caridade universal, pela promoção de um mundo mais humano para todos.

1. ASSISTÊNCIA AOS FRACOS 45. LUTA CONTRA A FOME

Se um irmão ou irmã estão nus — diz São Tiago —, se lhes falta o alimento diário e algum de vós lhes disser, "ide em paz, aquecei-vos, saciai-vos", sem dar-lhes o necessário para seu corpo, de que serve isso? Hoje em dia, ninguém pode mais ignorá-lo, em continentes inteiros são inúmeros os homens e mulheres torturados pela fome, são inúmeras as crianças subalimentadas, a tal ponto que bom número delas morre em tenra idade.

46. HOJE

Angustiosos apelos já foram feitos. O de João XXIII foi calorosamente recebido. Nós o reiteramos em nossa mensagem de Natal de 1963 e de novo em favor da Índia, em 1966. A campanha contra a fome empreendida pela Organização Internacional para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é alentada pela Santa Sé, foi secundada com generosidade. Nossa Caritas internacional age em todos os lugares e números católicos, sob o impulso de nossos irmãos no episco-

pado, dão-se e entregam-se sem reservas a fim de ajudar os necessitados, aumentando progressivamente o círculo de seus próximos.

47. AMANHÃ

Mas tudo isso, da mesma forma que os investimentos privados e públicos já realizados, as ajudas e os empréstimos outorgados, não basta. Não se trata apenas de vencer a fome, nem sequer de fazer retroceder a pobreza. O combate contra a miséria, urgente e necessário, é insuficiente. Trata-se de construir um mundo onde todo homem, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possa ter uma vida plenamente humana emancipado das servidões que lhe vem por parte dos homens e de uma natureza vã e onde o pobre Lázaro possa sentar-se à mesma mesa do rico. Isso exige deste último muita generosidade, inúmeros sacrifícios e um esforço sem tréguas. A cada um cabe examinar sua consciência, que tem nova voz para nossa época. Estais dispostos a manter com vosso dinheiro as obras e as empresas organizadas em favor dos mais pobres? A pagar mais impostos para que os poderes públicos intensifiquem seus esforços para o desenvolvimento? A comprar mais caros os produtos importados, a fim de remunerar mais justamente o produtor? A expatriar-se a si mesmo, se jovem, diante da necessidade de ajudar este crescimento das nações jovens?

48. DEVER DE SOLIDARIEDADE

O dever de solidariedade das pessoas é também o dos povos: "Os povos já desenvolvidos têm a obrigação gravíssima de ajudar os países em vias de desenvolvimento". Deve-se pôr em prática este ensinamento conciliar. Se é normal que uma população seja o primeiro beneficiário dos dons concedidos pela Providência como fruto de seu trabalho, não pode nenhum povo, contudo, pretender reservar suas riquezas para seu uso exclusivo. Cada povo deve produzir melhor, tanto para dar a seus súditos um nível de vida verdadeiramente humano como também para contribuir para o desenvolvimento solidário da humanidade. Diante da crescente indigência dos países subdesenvolvidos, deve considerar-se como normal que um país desenvolvido consagre parte de sua produção para satisfazer às necessidades daqueles.

49. O SUPERFLUO

É preciso afirmá-lo uma vez mais: o superfluo dos países ricos deve servir aos países pobres. A regra, que antigamente valia em favor dos mais próximos, deve aplicar-se hoje à totalidade das necessidades do mundo. Os ricos, por outro lado, serão os primeiros beneficiados disso. Senão, sua prolongada avareza não fará mais do que suscitar o julgamento de Deus e a cólera dos pobres, com imprevisíveis consequências e fechadas em seu egoísmo, as civilizações atualmente florescentes atentariam contra seus mais altos valores, sacrificando a vontade de ser mais ao desejo de possuir em maior abundância. E aplica-se a eles a parábola do homem rico cujas terras tinham produzido muito e que não sabia ordenar a colheita. Deus lhe disse: "Insensato. Esta mesma noite te pedirão a alma."

50. PROGRAMAS

Estes esforços, no sentido de conseguir sua plena eficiência, não deveriam permanecer dispersos ou isolados, e menos ainda contrariados por motivos de prestígio ou poder: a situação exige programas concertados. Com efeito um programa é mais e é melhor do que uma ajuda ocasional deixada à boa vontade de cada um. Pressupõe já o que dissemos antes, estudos profundos, fixar os objetivos,

determinar os meios, unir os esforços a fim de responder às necessidades presentes e às exigências previsíveis. Mas ainda vai além das perspectivas do crescimento econômico e do progresso social: dá sentido e valor à obra que se deve realizar.

51. REGULANDO O MUNDO, VALORIZA O HOMEM

Para ir ainda mais longe. Pedimos em Bombaim a constituição de um grande fundo mundial alimentado com uma parte dos gastos militares, a fim de ajudar os mais deserdados. Isto, que vale para a luta imediata contra a miséria, vale igualmente na escala do desenvolvimento. Só uma colaboração mundial, da qual um fundo comum seria ao mesmo tempo símbolo e instrumento, permitiria superar as rivalidades estereis e provocar um diálogo pacífico e fecundo entre todos os Povos.

52. SUAS VANTAGENS

Os convênios multilaterais podem continuar existindo: eles permitem substituir as relações de dependência e as amarguras surgidas na era colonial por felizes relações de amizade, desenvolvidas em pé de igualdade jurídica e política. Mas incorporados num programa de colaboração mundial, ver-se-iam livres de toda suspeita. As desconfianças dos beneficiários se atenuariam. Estes temeriam menos certas manifestações dissimuladas sob a ajuda financeira ou a assistência técnica do que se chamou o neocolonialismo, sob a forma de pressões políticas e de domínio econômico, destinadas a defender ou a conquistar uma hegemonia dominadora.

53. SUA URGENCIA

Ademais, de que modo um tal fundo facilita certos gastos, fruto do temor e do orgulho? Quando tantos povos em fome, quando tantos lares sofrem miséria, quando tantos homens vivem submergidos na ignorância, quando ainda restam para construir tantas escolas, hospitais, casas dignas deste nome, todo dispêndio exagerado público ou privado, todo gasto de ostentação nacional ou pessoal, toda corrida armamentista converte-se num escândalo intolerável. Vemo-nos obrigados a denunciá-lo. Queiram os responsáveis ouvir-nos antes que seja demasiado tarde.

54. DIALOGO QUE DEVE COMEÇAR

Isto quer dizer que é indispensável que se estabeleça entre todos um diálogo, em favor do qual fizemos nossos votos em nossa primeira Encíclica, *Ecclesiam Suam*. Este diálogo entre aqueles que fornecem os meios e os que se beneficiam deles permitira medir a ajuda, não só de acordo com a generosidade e as disponibilidades de uns como também em função das necessidades reais e das possibilidades de outros. Então os países em vias de desenvolvimento não correrão no futuro o risco de ficar ornados de dívidas, cuja satisfação absorve a maior parte de seus benefícios. As taxas de juro e a duração dos empréstimos deverão ser dispostas de maneira suportável para uns e para outros, equilibrando as ajudas gratuitas. A quem proporcionar os meios financeiros, ser-lhe-iam dadas garantias sobre o emprêgo que se fará o dinheiro, segundo o plano combinado e com uma eficiência razoável, pósto que não se trata de favorecer os preguiçosos e parasitas. E os beneficiários poderão exigir que não haja ingerência em sua política e que não se perturbe sua estrutura social.

Como Estados soberanos, a eles corresponde dirigir por si mesmos seus assuntos, determinar sua política e orientar-se livremente para a forma

de sociedade que escolherem. Trata-se, portanto, de instaurar uma colaboração voluntária, uma participação eficiente de uns e outros em uma dignidade igual, para a construção de um mundo mais humano.

55. SUA NECESSIDADE

A tarefa poderia parecer impossível, em regiões onde a preocupação pela subsistência cotidiana esmaga toda a existência de famílias incapazes de conceber um trabalho que lhes prepare um futuro menos miserável. Todavia, é precisamente a estes homens e mulheres que se deve ajudar, sendo necessário convencê-los de que eles mesmos devem promover seu próprio desenvolvimento e que adquiriram progressivamente os meios para isso, esta obra não irá adiante, claro está, sem um esforço concentrado, constante e animoso. Mas que cada qual se persuada profundamente disto: está em jogo a vida dos povos pobres a par civil dos países em vias de desenvolvimento e a paz do mundo.

5. A EQUITADE NAS RELAÇÕES COMERCIAIS

56.

Os esforços ainda consideráveis, que se fizeram para ajudar no plano financeiro e técnico os países em vias de desenvolvimento seriam ilusórios se seus resultados fossem parcialmente anulados pelo jogo das relações comerciais entre países ricos e entre países pobres. A confiança destes últimos se quebrantaria se tivessem a impressão de que uma das mãos lhes tira o que a outra lhes dá.

57. DISTORÇÃO CRESCENTE

As nações altamente industrializadas exportam sobretudo produtos elaborados, enquanto que as economias pouco desenvolvidas não têm para vender mais do que produtos agrícolas e matérias-primas. Graças ao progresso técnico, os primeiros aumentam rapidamente de valor e encontram suficiente mercado. Pelo contrário, os produtos primários que provêm dos países subdesenvolvidos sofrem amplas e bruscas variações de preço, muito longe dessa mais-valia progressiva. Daí provém para as nações pouco industrializadas grandes dificuldades, quando têm de contar com suas exportações para equilibrar sua economia e realizar seu plano de desenvolvimento. Os povos pobres permanecem sempre pobres e os ricos se tornam cada vez mais ricos.

58. ALÉM DO LIBERALISMO

Isto significa que a regra de livre comércio não pode continuar regendo apenas as relações internacionais. Suas vantagens são certamente evidentes, quando as partes não se encontram em condições demasiado desiguais de potência econômica é um estímulo ao progresso e recompensa o esforço. Por isso, os países industrialmente desenvolvidos vêm nela uma justiça. Mas não acontece o mesmo quando as condições são demasiado desiguais de país para país. Os preços que se formam livremente no mercado podem trazer consigo resultados não equitativos. E, por conseguinte o princípio fundamental do liberalismo como regra dos intercâmbios comerciais que está aqui em jogo.

59. JUSTIÇA DOS CONTRATOS NA ESCALA DOS POVOS

O ensinamento de Leão XII na *Rerum Novarum* conserva sua validade: o consentimento das partes, se estão em situações demasiado desiguais, não basta para garantir a justiça do contrato e a regra do livre consentimento fica subordinado às exigências do direito natural. O que era verdadeiro acerca do justo salário individual também o é com respeito aos contratos internacionais:

uma economia de intercâmbio não pode continuar repousando apenas sobre a lei da livre concorrência, que engendra também demasiado amargura uma ditadura econômica. O livre intercâmbio só é equitativo quando há exigências da justiça social.

60. MEDIDAS QUE DEVEREM SER TOMADAS

Ademais, isto o compreendiam os próprios países desenvolvidos, que se esforçam com medidas adequadas por restabelecer, no seio de sua própria economia, um equilíbrio que a concorrência, deixada ao seu livre curso, tende a comprometer. Assim, a agricultura, com frequência sustentada a custo de sacrifícios impostos aos setores econômicos mais favorecidos. Assim também, para manter as relações comerciais que se desenvolvem entre eles, particularmente no interior de um mercado comum, sua política financeira, fiscal e social se esforça em propiciar, e industrias concorrentes de produção desigual, oportunidades semelhantes.

61. CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Não se poderia usar aqui dois pesos e duas medidas. O que vale em economia nacional, o que se admite em países desenvolvidos vale também nas relações comerciais entre os países ricos e os países pobres. Sem abolir o mercado da concorrência, é preciso mantê-lo nos limites que o tornam justo e moral, portanto humano. No comércio entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, as situações são diferentes demais e as liberdades reais demasiado desiguais. A justiça social exige que o comércio internacional, para ser humano e moral, restabeleça entre os parceiros pelo menos uma certa igualdade de possibilidades. Esta última e uma finalidade a longo prazo, mas para chegar a ela é preciso desde agora criar uma igualdade real nas discussões e negociações, ainda que as convenções internacionais de tipos insuficientemente vastos sejam úteis: elas estabeleceriam normas gerais para regularizar certos preços, garantir certas produções, ajudar certas indústrias incipientes. Quem não vê que tal esforço comum, em favor de mais justiça nas relações comerciais entre os povos proporcionaria aos países em via de desenvolvimento uma ajuda positiva, cujos efeitos não seriam somente imediatos mas duradouros?

62. OBSTÁCULOS A VENCER: NACIONALISMO

Outros obstáculos ainda se brêm à formação de um mundo mais justo e mais estruturado numa solidariedade universal: nós queremos falar do nacionalismo e do racismo. É natural que comunidades recém-chegadas à sua independência política tenham o júbilo de uma unidade nacional ainda tão frágil e se esforcem por protegê-la. É normal também que nações de velha cultura tenham orgulho do patrimônio transmitido pela História. Mas, esses sentimentos legítimos devem ser sublimados pela caridade universal que engloba todos os membros da família humana. O nacionalismo isolava os povos contra seu bem verdadeiro. Isto seria particularmente pernicioso onde a fraqueza da economia nacional exige pelo contrário a utilização em comum dos esforços, dos conhecimentos e dos meios financeiros, para realizar os programas de desenvolvimento e aumentar o intercâmbio comercial e cultural.

63. O RACISMO

O racismo não é patrimônio exclusivo das nações jovens, nas quais às vezes se distarça sob as rivalidades de classes e de partidos políticos, com grande prejuízo da Justiça e com perigo da Paz Civil. Durante a era colonial, criou com frequência um muro de separação entre colonizadores e indígenas, colocando obstáculos a uma fecunda inteligência recíproca.

e provocando muitos rancores como consequência de verdades injustas. E também um obstáculo à colaboração entre nações menos favorecidas. É um fermento de divisão e de ódio no próprio seio dos Estados quando, com desprezo dos direitos imprescritíveis da pessoa humana, indivíduos e famílias se vêem injustamente submetidos a um regime de exceção, por motivo de sua raça ou de sua cor.

64. UM MUNDO SOLIDÁRIO

Uma tal situação, tão carregada de ameaças para o futuro, aflixe-nos profundamente. Alimentamos, contudo, a esperança de que uma necessidade mais sentida de colaboração e um sentido mais agudo da solidariedade acabarão por prevalecer sobre as incompreensões e os egoísmos. Esperamos que os países cujo desenvolvimento está menos avançado saibam aproveitar-se de sua vizinhança para organizar entre si, sobre áreas territorialmente extensas, zonas de desenvolvimento conjunto. Estabelecer os investimentos, repartir as possibilidades de produção, organizar as possibilidades de produção, organizar os intercâmbios. Esperamos, também que as organizações multilaterais e internacionais encontrarão, por meio de uma reorganização necessária, os caminhos que permitirão aos povos ainda subdesenvolvidos sair dos atoleiros em que parecem estar encerrados e descobrir por si mesmos, dentro da fidelidade ao seu peculiar modo de ser, os meios para seu progresso social e humano.

65. POVOS ARTIFICES DE SEU DESTINO

Porque essa é a meta a que se precisa chegar. A solidariedade mundial, cada dia mais eficiente, deve permitir a todos os povos chegar a ser por si mesmos artífices de seu destino. O passado foi marcado demasiado recentemente por relações de força entre as nações: dia virá em que as relações internacionais levarão o cunho do mútuo respeito e da amizade, da interdependência na colaboração e da promoção comum sob a responsabilidade de cada um. Os povos mais jovens ou mais fracos reclamam por sua parte ativa na construção de um mundo melhor, mais responsável dos direitos e da vocação de cada um. Este clamor é legítimo. É preciso levar em conta a responsabilidade de cada um deles.

3. A CARIDADE UNIVERSAL

algueres mesmo em 35% — porque

66. O mundo está enfermo. Seu mal está menos na esterilização dos recursos e em seu aparcamento por parte de alguns, do que na falta de fraternidade entre os homens e entre os povos.

67. O DEVER DA HOSPITALIDADE

Nunca houve mais necessidade no dever de hospitalidade — dever de solidariedade humana e de caridade cristã — que hoje impõe tanto às famílias, como às origens das culturas dos países que acolhem os estrangeiros. É necessário multiplicar instituições e lares que recebam e acolham os jovens. Isto, antes de tudo, para protegê-los contra a solidão, o sentimento da abandono, a angústia, que deturcam todo impulso moral. Também para defendê-los contra a situação mais em que se encontram, forçados a comparar a extrema pobreza de sua pátria com o luxo e o bem-estar que freqüentemente os cerca. E também para colocá-los a salvo de doutrinas subversivas e de tentações agressivas que os assaltam, ante a recordação de tanta miséria imerecida. Sobretudo, enfim, para oferecer-lhes, com o calor de um acolhimento fraternal, o exemplo de uma vida sã, a estimada da caridade cristã autêntica e eficaz, o prego dos valores espirituais.

68. O DRAMA DOS JOVENS ESTUDANTES

E' do'roso pensá-lo: numerosos jovens, vindos a países mais adiantados para receber a ciência, a competência e a cultura que os tornam mais aptos para servir a sua pátria, adquirem, certamente, uma formação mais qualificada, mas perdem demasiado freqüentemente a estira de valores espirituais que muitas vezes se encontram, como preciosos patrimônio, naquelas civilizações que os viam crescer.

69. TRABALHADORES EMIGRADOS

A mesma acolhida deve oferecer-se aos trabalhadores emigrados, que vivem muitas vezes em condições desumanas, poupando de seu salário para sustentar suas famílias, que se encontram na miséria em seu solo natal.

70. SENTIDO SOCIAL

Nossa segunda recomendação é dirigida àqueles aos quais seus países chamam a pais recentemente aberto à industrialização: industriais, comerciantes, dirigentes ou representantes das empresas. Acontece com freqüência que não estão desprovidos de sentido social em seu próprio país. Por que de novo retroceder aos princípios desumanos do feudalismo quando eles trabalham em países menos desenvolvidos? A superioridade de sua situação deveria, ao contrário, transformá-los nos iniciadores do progresso social e da promoção humana, ali onde seus negócios os chamam.

Seu próprio senso de responsabilidade deveria sugerir-lhes os meios de melhorar o trabalho indígena, de formar operários qualificados, de preparar engenheiros e chefes industriais, de deixar lugar a suas iniciativas, de introduzi-las progressivamente nos setores mais atrasados, preparando-os, assim, para o futuro próximo de sua própria vida. Que ao menos a justiça, reveste sempre as relações entre chefes e subordinados. Que contratos bem elaborados retem as obrigações recíprocas. Que não haja nada, enfim, que qual for sua situação, que os deixe injustamente, submetidos à arbitrariedade.

71. MISSÕES DE DESENVOLVIMENTO

São cada vez mais numerosos, apesar-nos com isso, os técnicos enviados em missão de desenvolvimento por instituições internacionais multilaterais ou organismos privados. Não devem esquecer, e não dominadores, mas como assistentes e colaboradores. Um povo precisa em seguida se os que vêm em sua ajuda o fazem com um sentimento, para aplicar técnicas ou para dar um impulso a seu valor. Sua missão não se encerra a não ser recebida, isto é, acompanhada do amor fraternal.

72. QUALIDADES DOS TÉCNICOS

A competência técnica não basta, pois, que gerencem os serviços essenciais de um país em desenvolvimento. Juntos de qualificação nacionalista, como de toda natureza do trabalho. Os técnicos devem aprender a trabalhar em estreita colaboração com todos.

Sabem que sua competência real lhes confere uma superioridade em todos os terrenos. A civilização que os formou contém certamente elementos de humanismo universal, mas ela não é única nem exclusiva e não pode ser importada sem adaptação. Os agentes destas missões esforçar-se-ão sinceramente por descobrir, junto com sua história, os oponentes e as riquezas culturais do país que os recebe. Estabelecer-se-á com isso um contato que fecundará uma e outra civilização.

73. DIÁLOGO DE CIVILIZAÇÕES

Elo entre as civilizações, como entre as pessoas, um diálogo sincero é, com efeito, criador de fraternidade. A empreza do desenvolvimento aproximará os povos nas realizações que o comum esforço persegue, de todos, desde os governantes e seus representantes até o mais humilde técnico, de se sentirem animados de um amor fraternal e movidos pelo desejo sincero de construir uma civilização de solidariedade mundial. Um diálogo centrado sobre o homem, e não sobre os produtos ou sobre as técnicas, começará então. Será fecundo se levar aos povos que dele se beneficiam, os meios que os elevem e o espiritualizem, se os técnicos se tornam educadores e se os ensinamentos distribuídos estiverem marcados por uma qualidade espiritual e moral tão elevada que garantam um desenvolvimento, não apenas econômico, mas também humano. Ultrapassando a assistência técnica, as relações assim estabelecidas perdurarão. Quem não vê a importância que então terá para a paz do mundo?

74. ATENO AOS JOVENS

Muitos jovens já atenderam com entusiasmo e dedicação ao apelo do Pio XII para um laicato missionário. São muitos também os que se puseram espontaneamente à disposição de organismos oficiais ou privados, que colaboram com os povos em vias de desenvolvimento. Sentimos viva satisfação ao saber que em certas nações o serviço militar, pode transformar-se em parte num serviço social, um simples serviço. Abençoamos estas iniciativas e a boa vontade de quem as realiza. Oração que todos os que se dizem de Cristo possam ouvir seu amor: "Não temas e me destes de comer, de beber e me destes de beber, fui um estrangeiro e me recebestes, estais nus e me vestistes, enfermos e me visitastes, na prisão e me fostes ver".

Ninguém pode permanecer indiferente ante a sorte de seus irmãos que ainda fazem na miséria, presas da ignorância, vítimas da insegurança. Como o coração de Cristo, o coração do cristão deve sentir com paixão de tanta miséria: sinto compaixão por esta multidão.

75. ORAÇÃO E AÇÃO

A oração de todos deve elevar-se com fervor ao Todo-Poderoso, a fim de que a humanidade, consciente de sua condição e calamidades, se aplique com inteligência e firmeza a aboli-las. A ação deve corresponder a esta oração completa de cada um, ra medida de suas forças e de suas possibilidades, a luta contra os subdesenvolvimento. Que os indivíduos os grupos sociais e as nações se deem fraternalmente as mãos, o forte ajudando o fraco a erguer-se, dando passo a passo a uma comunhão, um entusiasmo e um amor desinteressado. Não que a oração, a ação que está animada de uma verdadeira caridade e engenho no descobrir a causas da miséria, para encontrar os meios de combatê-la, para vencê-la com inteligência. Amigo da paz, "perseguiu seu caminho e sendo atingido e ferido, não se deixou humilhar no coração dos homens, mas de toda a terra, a Terra, fez-lhes descobrir, através da fé, os caminhos da fraternidade dos irmãos e do amor dos amigos".

O DESENVOLVIMENTO E O NOVO MODO DA PAZ

76. CONCLUSÃO

As diligências econômicas, sociais e culturais, demasiado grandes entre os povos provocam tensões e discórdias, e colocam a paz em perigo. Como dissemos aos padres conciliares ao regressar de nossa viagem de paz à ONU, "a condução dos povos em vias de desenvolvimento deve ser o objeto de nossa consideração, ou melhor ainda, nossa caridade com os pobres que existem no mundo — estes são le-

giões infinitas — deve ser mais atenta, mais ativa, mais generosa". Combater a miséria e lutar contra a injustiça, e promover, ao lado do maior bem-estar, o progresso humano e espiritual de todos; eis, por conseguinte, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças.

"A paz se constrói dia a dia, na instauração de uma ordem desejada por Deus, que comporta uma justiça mais perfeita entre os homens no isolamento."

77. SAIR DO ISOLAMENTO

Obreiros de seu próprio desenvolvimento, os povos são igualmente responsáveis por ele. Mas não a realização numa atitude de isolacionismo. Acórdos regionais entre povos fracos para se ajudarem mutuamente, entendimentos mais amplos para socorrê-los, convênções mais ambiciosas entre uns e outros para estabelecer programas planejados são degraus deste caminho do desenvolvimento que conduz à paz.

78. RUMO A UMA AUTORIDADE MUNDIAL EFICAZ

Esta a colaboração internacional; a vocação mundial exige instituições que a preparem, a coordenem e a rejam ate constituir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De toda oração incentivamos as organizações que se empenharam nesta colaboração para o desenvolvimento e desejamos que cresça sua autoridade. "Vos a vocação, dissemos aos representantes das Nações Unidas em Nova Iorque, é a de fazer com que confraternizem não apenas alguns povos, mas todos os povos (...)" Quem não vê a necessidade de chegar assim, progressivamente, a instaurar uma autoridade mundial que possa agir eficientemente no terreno jurídico e no da política?

79. ESPERANÇA FUNDADA NUM MUNDO MELHOR

"Alguns acreditarão utópicas tais esperanças. Talvez em suas recordações da barbárie e seus afastados extraviados fora do caminho da salvação, se avizorem lentamente, mesmo sem se dar conta disso, de seu Criador. Este caminho para mais e melhores sentimentos de humanidade pede esforço e sacrifício, mas o próprio sofrimento, aceito por amor para com nossos irmãos, é portador de progresso para toda a família humana. Os cristãos sabem que a união ao sacrifício do Salvador contribui para a edificação do Corpo de Cristo, em sua plenitude: o povo de Deus reunido".

80. TODOS SOLIDÁRIOS

Nesta marcha, todos somos solidários. A todos quisemos recordar a amplitude do drama e a urgência da obra que é preciso empreender. A hora da ação é aqui: a sobrevivência de tantas culturas humanas, o acesso a uma condição humana de tanta nobreza, da paz do mundo, o futuro da civilização, estão em jogo. Todos os homens e todos os povos devem assumir suas responsabilidades.

81. CATECUMENOS

Conjuramos em primeiro lugar a todos os nossos filhos. Nos países em vias de desenvolvimento não apenas os povos, os seculares devem assumir como tarefa própria a recuperação da ordem temporal. Se o papel da hierarquia é o de ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que é preciso seguir neste terreno, aos seculares compete, com sua livre iniciativa e sem esperar passivamente instruções e diretrizes, penetrar de espírito cristão a mentalidade dos costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem. As mudanças são necessárias, as reformas profundas, indispensáveis: devem preparar-se resolutamente em infun-

dir-lhes o espírito evangélico. A nós, filhos católicos dos países mais favorecidos, pedimos que levemos sua competência e sua ativa participação nas organizações oficiais ou particulares, civis ou religiosas, dedicadas a superar as dificuldades dos países em vias de desenvolvimento. Estamos certos de que eles porão todo o seu empenho em estar na primeira fila entre aqueles que trabalham por tornar realidade os fatos de uma moral internacional de justiça e de equidade.

82. CRISTÃOS E CRENTES

Todos os cristãos, nossos irmãos, estamos certos disso, desejaram ampliar seu esforço comum e concentrado, a fim de ajudar o mundo a derrotar o egoísmo, o orgulho e as rivalidades, a superar as ambições e as injustiças, a abrir a todos, os caminhos de uma vida mais humana, na qual cada um seja amado e ajudado com seu próximo e seu irmão. Ainda emocionado por nosso inesquecível encontro de Bumbaim com nossos irmãos não cristãos, de novo os convidamos a trabalhar com todo seu coração e com toda a sua inteligência para que todos os filhos dos homens possam levar uma vida digna de filhos de Deus.

83. HOMENS DE BOA VONTADE

Finalmente, dirigimo-nos a todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passa pelo desenvolvimento. Delegados nas instituições internacionais, estaduais, publicistas, educadores, todos, cada qual em seu posto, vós sois os construtores de um mundo novo. Suplicamos a Deus todo-poderoso que ilumine vossas inteligências e vos dê novas forças e alento para colocar em estado de alerta a opinião pública e comunicar entusiasmo aos povos. Educadores, a vós compete despertar desde já na infância, o amor aos povos que se encontram na miséria. Publicistas, a vós compete colocar diante dos olhos o esforço realizado para promover a mútua ajuda entre os povos, assim como também o espetáculo das misérias que os homens têm a tendência de esquecer para tranquilizar suas consciências: que os ricos saibam, pelo menos, que os pobres estão à sua porta e aguardam as migalhas de seus banquetes.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

EDITAL QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO D.C.N. (II SEÇÃO), DE 6 DE ABRIL DE 1967.

CONCURSO PÚBLICO PARA TAQUIGRAFO DE DEBATES

INÍCIO DE CARREIRA

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, faço público que se acham abertas nesta Secretaria, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 17 de abril de 1967, as inscrições para o concurso público destinado ao preenchimento de 7 (sete) vagas no início da carreira de Taquígrafo de Debates.

Requisitos:

- 1º ser brasileiro;
- 2º ter 18 anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;
- 3º apresentar requerimento de inscrição no Palácio do Congresso, em Brasília, ou no Palácio Mourão, no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor-Geral, em qualquer dia útil, das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, assinado pelo próprio ou por procurador;
- 4º juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá a fórmula própria, os seguintes documentos:
 - a) certificado de conclusão de curso do ciclo colegial, ou equivalente;

84. HOMENS DE ESTADO

Homens de Estado, a vós incumbe mobilizar vossas comunidades numa solidariedade mundial mais eficiente, e antes de tudo fazer com que aceitem as necessárias diminuições de seu luxo e de seus gastos para promover o desenvolvimento e salvar a paz. Delegados das organizações internacionais, de vós depende que o perigo e estéril embate de forças de passagem à colaboração amistosa, pacífica e desinteressada, a fim de conseguir o progresso solidário da humanidade, no qual todos os homens possam desenvolver-se.

85. CIENTISTAS

E se é verdade que o mundo se encontra num lamentável vazio de idéias, fazemos um apelo aos pensadores e aos cientistas, católicos, cristãos, adoradores de Deus, ávidos de absoluto, de justiça e de verdade, a todos os homens de boa vontade, a exemplo de Cristo, nos atrevemos a pedir-vos com insistência: "Buscai e encontrareis", tomai os caminhos que levam através da colaboração, do aprofundamento do saber, da grandeza do coração, a uma vida mais fraternal, numa comunidade humana verdadeiramente universal.

86. TODOS A OBRA

Vós todos que tendes ouvido o apelo dos povos que sofrem, mas que trabalham esperando uma resposta, vós sois os apóstolos do desenvolvimento autêntico e verdadeiro que não consiste na riqueza egoísta e desejada por si mesma, mas na economia ao serviço do homem, o pão de cada dia distribuído a todos, como fonte de fraternidade e signo da Providência.

87. BENÇÃO

De todo coração, nós vos abençoamos e fazemos um apelo a todos os homens para que se unam fraternalmente a vós. Porque será desenvolvimento o novo nome da paz. Quem não deseja trabalhar com todas as suas forças para consegui-lo. Sim, convidamo-los a todos para que respondais ao nosso grito de angústia, em nome do Senhor.

Vaticano, na festa da Páscoa, 26 de março de 1967. — Paulo VI.
Paulus P. P. VI.

2. O candidato cuja inscrição não for considerada em ordem e que, convidado por edital, não a completar no prazo concedido, terá a inscrição cancelada.

3. Encerradas as inscrições, organizar-se-á, em ordem alfabética, a relação dos candidatos, que receberão, mediante exibição de carteira de identidade ou profissional, cartões de identificação com fotografia e a indicação do seu número de chamada, sem os quais não terão ingresso no recinto onde se realizarem as provas.

4. O candidato que não procurar o cartão de identidade no prazo determinado nos avisos publicados no Diário do Congresso e (ou) no Diário Oficial, terá a inscrição cancelada.

CAPÍTULO II

Das Provas

5. Haverá provas técnicas, de habilitação e de seleção, assim distribuídas:

Técnicas

1ª Registro taquígrafico, durante dez minutos, de ditado feito na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto, da seguinte forma: 110 — 111 — 113 — 115 — 117 — 119 — 121 — 123 — 124 e 125.

Prazo para decifração — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta).

Límite de erros 120 (cento e vinte).

2ª Registro taquígrafico, durante cinco minutos, de ditado feito na velocidade de 130 palavras por minuto.

Prazo para decifração — uma hora.

Grau mínimo — 60 (sessenta).

Límite de erros — 80 (oitenta).

3ª Registro taquígrafico de discurso pronunciado no plenário, sem caráter eliminatório, no total de quinze minutos, distribuídos em "quartos" de 5 a 15 minutos, sendo a prova realizada em um ou mais dias, como se tornar necessário.

Prazo para decifração de cada cinco minutos — uma hora.

Habilitação

4ª Exame de Português, dividido em duas partes:

a) correção de trecho de discurso com um mínimo de 30 linhas impressas ou mimeografadas, sorteado no momento e no qual tenham sido propostamente incluídos erros;

b) pontuação de um trecho com um mínimo de vinte e cinco linhas, sorteado no momento da prova.

Valor da 1ª parte — 60 (sessenta).

Valor da 2ª parte — 40 (quarenta).

Duração da prova — duas horas.

Grau médio — 60 (sessenta).

5ª Francês e Inglês — Tradução sem auxílio de dicionário, de trecho de linguagem corrente, de 20 a 25 linhas impressas ou mimeografadas.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta).

6ª História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral — Exame escrito, sob forma de testes.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 40 (quarenta).

Seleção

7ª Exame psicotécnico, em caráter eliminatório.

CAPÍTULO III

Das critérios de julgamento

6. Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente a máquina, usar-se-á a seguinte norma:

a) cada palavra omitida, acrescida ou substituída com alteração de sentido — um erro;

b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída sem alteração de sentido — meio erro;

c) palavras soltas certas, sem formar sentido — meio erro por palavra;

d) palavras soltas, erradas, sem formar sentido — um erro por palavra;

e) erros de português, conforme a gravidade, a critério da Banca Examinadora.

minadora — meio erro, um erro, ou dois erros;

f) no caso de concorrência de erros (por exemplo: omissão de cinco palavras e substituição por três erradas) computar-se-á o número maior de erros;

g) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que consequentes, a critério da Banca Examinadora.

7. O julgamento da prova de português obedecerá o seguinte critério:

a) o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho a que se refere a primeira parte da prova, obtiverá 60 pontos. Por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 60 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicado o quociente dessa divisão pelo número de erros não corrigidos ou cometidos;

b) do valor 40 atribuído à segunda parte da prova, na qual serão levados em conta, sobretudo, os erros de pontuação, serão deduzidos de mais a dois pontos por erro cometido, segundo a gravidade, a juízo da Banca Examinadora.

8. O julgamento da prova de Francês e Inglês obedecerá o seguinte critério:

Na atribuição de pontos será levado em conta, principalmente, o grau de exatidão com que o candidato traduzirá para o português, na forma e no sentido, o texto original. A prova de Inglês valerá 50; a de francês, 50. Cada palavra não traduzida, traduzida errônea ou inadequadamente, com ou sem alteração do sentido; erro de concordância, de regência ou de outra natureza, acarretará perda de meio ponto até três pontos, de acordo com a gravidade e a juízo da Banca Examinadora. A nota será a soma dos pontos obtidos em ambas as provas.

9. O julgamento da prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral obedecerá o seguinte critério:

A prova compõe-se de quatro partes, valendo cada uma 50. Os testes merecerão de um a três pontos, a juízo da Banca Examinadora. A nota final será a média aritmética na divisão por dois do total de pontos obtidos.

10. Para o julgamento final observar-se-á o seguinte critério:

Obtida a média da prova de Plenário, dobrar-se-á esse número e ao resultado se acrescentará o total das notas das provas de ditado taquígrafico. Multiplicar-se-á por dois essa soma e ao resultado se adicionará a média das provas de habilitação. A nota final será o quociente da divisão dessa soma por nove.

11. A nota final inferior a 60 (sessenta) importará em inclassificação.

12. Após o julgamento pela Banca Examinadora, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista, pelo prazo de 48 horas, a fim de que formulem recursos, se cabíveis.

13. O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral da Secretaria, sem quebra de sigilo. O recurso, formulado pelo candidato, deverá, sob pena de indeferimento *in limine*, ser fundamentado e indicar, com precisão, as questões e os pontos, objeto de revisão. Se aceitar o recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também à revisão de toda a prova.

A Banca Examinadora, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará revisão geral ou parcial da prova e emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério do julgamento. Não será apreciada a reclamação, se não redigida em termos convenientes ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que a justifiquem e permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final ao Secretário do Senado Federal, apresentando a Comissão Diretora.

14. Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos. Apurar-se-ão as frações até milésimos.

CAPÍTULO IV

Da realização das provas

15. Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

16. As provas técnicas se realizarão exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou tinta. É lícito, entretanto, utilizar-se o candidato do sistema taquigráfico de sua preferência e, inclusive, de bloco de papel seu. A decifração de tais provas far-se-á a máquina, fornecida pela Secretaria do Senado Federal ou trazida pelo candidato. As folhas do registro taquigráfico deverão ser entregues à Banca Examinadora e apensadas às respectivas provas.

17. Sempre que o número de concurrentes exceder a 20, será o ditado taquigráfico feito ao microfone.

18. As provas de habilitação (Português, Francês e Inglês, História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral) serão manuscritas a tinta azul, devendo o candidato comparecer munido de caneta carregada. O emprego de lápis-tinta acarretará desclassificação do candidato.

19. Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do cartão de identidade fornecido pela Secretaria do Senado Federal. As outras provas de identidade não terão valor nessa ocasião.

20. Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

21. Atribuir-se-á a nota zero a prova que apresentar sinal expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.

22. Os textos para as provas técnicas e as de português, francês e inglês serão sorteados e os impressos respectivos preparados na presença do candidato.

23. O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorpção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente. Idêntica penalidade será aplicada ao candidato que, durante a realização da prova, for colhido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou de utilização de notas, livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos. A falta dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza.

24. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

25. O não comparecimento a qualquer prova, mesmo não eliminatória, importará em exclusão do concurso, considerados sem efeito os exames porventura já prestados.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

26. A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromisso tácito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

27. É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da homologação pela Comissão Diretora do Senado Federal.

28. Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

29. Serão publicadas apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

30. As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação.

31. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento destas instruções.

32. Todas as instruções, chamadas e resultados serão publicados no Diário do Congresso e (ou) no Diário Oficial. A Banca Examinadora pode, si deve estar sempre em contato com os multaneamente, comunica-los aos candidatos por telegrama, mas não fica responsável por qualquer truncamento que porventura se verifique na transmissão do texto original.

33. Não há justificativa para o não atendimento dos prazos; o candidato deve estar sempre em contato com o Senado Federal para não perdê-los.

34. Embora as inscrições possam ser feitas também no dia de Janeiro, todas as provas serão realizadas em Brasília.

TABELA PARA O JULGAMENTO DAS PROVAS DE DITADO TAQUIGRAFICO

1ª Ditado (1ª prova)	
Número de erros	Grav
120	50
96	60
72	70
48	80
24	90
0	100
2ª Ditado (2ª prova)	
Número de erros	Grav
80	60
60	70
40	80
20	90
0	100

Secretaria do Senado Federal, em 9 de abril de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Ata da Reunião realizada no dia 5 de abril de 1967

Sob a presidência do Senhor Senador Benedito Valladares, presentes os Senhores Senadores: Mário Martins, Alvaro Maia, Wilson Gonçalves, Pessoa de Queiroz, Pedro Luvizatto reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente dá a palavra ao Se-

nador Pessoa de Queiroz que oferece parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4 de 1964, que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia assinado em Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu João Batista Carteyon Branco, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1967

Presidente: Senador José Ermírio
Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1966, que "revoga o art. 11 da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino)" — Senador Júlio Leite — Parecer: pela aprovação, aprovado em 30-3-67.

DISTRIBUIÇÃO

Em 28-3-67

— Ao Senhor Senador Júlio Leite:
1 — Projeto de Lei do Senado número 27, de 1966, que "Revoga o art. 11 da Lei nº 1.002, de 24 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino)".

Em 30-3-67

— Ao Senhor Senador Mário Martins:

1 — Mensagem nº 211, de 1967, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Cesar Reis de Cantanhede Almeida para as funções de Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Número dos membros da Comissão — 7 (sete);

Número de reuniões — 2 (duas);
Número de projetos distribuídos — 2 (dois);

Número de Projeto Relacionados — 1 (um);

Número de Projetos em Tramitação — 1 (um);

Número de Ofícios Expedidos — 2 (dois);

Número de Ofícios recebidos — 3 (três);

Número de publicações recebidas — 4 (quatro).

Senado Federal, em 31 de março de 1967. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1967

Presidente: Senador Milton Campos Brandão

Secretário: Maria Helena Bueno

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Mensagem nº 11-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel João Peixoto de Toledo para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Minas Gerais — Senador Antonio Carlos — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 15-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Antonio Fernando Pinheiro para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Minas Gerais — Senador Antonio Carlos — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 36-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Gilberto de Oliveira Lomonaco para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Minas Gerais. — Senador Antonio Carlos — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 37-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Pereira de Páiva para exercer o cargo de Juiz Federal em Minas Gerais. — Senador Antonio Carlos — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 142-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Sebastião Alves dos Reis para exercer o cargo de Juiz Federal em Minas Gerais. — Senador Antonio Carlos — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 144-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Mario da Silva Velloso para exercer o cargo de Juiz Federal em Minas Gerais. — Senador Antonio Carlos — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 4-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Fernandes Prado Vasconcelos para exercer o cargo de Juiz Federal em Sergipe. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 5-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Geraldo Bartolo Sobral para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Sergipe. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 39-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José de Jesus Filho para exercer o cargo de Juiz Federal em Goiás. — Senador Antonio Balbino. — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 37-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Virgílio Gaudie Fleury para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Goiás. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 44-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Heraldo Vidal Corrêa para exercer o cargo de Juiz Federal no Paraná. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 56-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Manoel de Oliveira Franco Sobrinho para exercer o cargo de Juiz Federal no Paraná. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 58-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Milton Luiz Pereira para exercer o cargo de Juiz Federal no Paraná. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 145-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Lício Bley Vieira para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Paraná. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 16-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Aderson Pereira Lutra para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Amazonas. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 25-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Aristosto de Resende Rocha para exercer o cargo de Juiz Federal no Antártica. — Senador Antonio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 52-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Ilmar Nascimento Galvão para exercer o cargo de Juiz Federal no Acre. — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 143-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Agnelo Nogueira Pereira da Silva para exercer o cargo de Juiz Federal

Substituto no Piauí — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 27-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Athon Gusmão Carneiro para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul. — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 28-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Hermilio Galant para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Sul. — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 65-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Jose Neri da Silveira para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul. — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 29-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel João Cesar Leitão Krieger para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Sul. — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8 de março de 1967.

Mensagem nº 30-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Arnaldo Reinert para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Sul. — Senador Ruy Palmeira — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 70-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Armino Guedes da Silva para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Norte. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 43-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Márcio Djalma Cavalcanti Marinho para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Norte. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 69-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Gomes de Barros para exercer o cargo de Juiz Federal em Alagoas. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 68-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Pedro da Rocha Acioli para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Alagoas. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 10-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Hamilton Bittencourt Leal para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 12-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Américo Luz para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 13-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Evandro Gueiros Leite para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 34-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Nelson Peçigueiro do Amaral para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 40-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Renato Amaral Machado para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 41-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Elmar Wilson de Aguiar Campos para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 57-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Roberto Barcelos Guimarães para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 62-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Maria Rita Soares de Andrade para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 64-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Cleveland Maciel para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 63-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Jorge Lafayette Pinto Guimarães para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara. — Senador Wilson Gonçalves — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 17-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Américo de Souza para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 20-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Julio Mario Stamato para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 19-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Jarbas dos Santos Nobre para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 21-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Pereira Gomes Filho para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 22-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Hélio Kerr Nogueira para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 23-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Hélio Barreto Matheus para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 26-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Nelson Virgílio do Nascimento para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 46-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Afonso da Silva para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 31-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Américo Lourenço Masset Lacombe para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 47-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel

João Baptista Alvarenga para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 32-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Nasser Bussamra para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 49-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Luiz Rondon Teixeira de Magalhães para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo. — Senador Bezerra Neto — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 60-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Celso Dias de Moura para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 45-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Jacy Garcia Vieira para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 18-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Gutenberg Lima Rodrigues para exercer o cargo de Juiz Federal no Distrito Federal. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 67-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Otto Rocha para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 141-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Romário Rangel para exercer o cargo de Juiz Federal no Espírito Santo. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 35-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Luiz Carlos Florentino para exercer o cargo de Juiz Federal na Paraíba. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 72-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Genival Matias de Oliveira para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Paraíba. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 6-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Antônio de Seixas Salles Filho para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Bahia. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 14-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Francisco Dias Trindade para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Bahia. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 42-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Alvaro Peçanha Martins para exercer o cargo de Juiz Federal na Bahia. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 59-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Cândido de Carvalho Filho para exercer o cargo de Juiz Federal na Bahia. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 63-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Anselmo de Figueiredo Santiago para exercer o cargo de Juiz Federal

no Pará. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 54-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Aristides Porto de Medeiros para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Pará. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 61-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Clóvis de Mello para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Mato Grosso. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 51-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Mário Figueiredo Ferreira Mendes para exercer o cargo de Juiz Federal em Mato Grosso. — Senador Petrólio Portella — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 8-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Alberto José Tavares Vieira da Silva para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Maranhão. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8 de março de 1967.

Mensagem nº 9-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Alberto Madeira para exercer o cargo de Juiz Federal no Maranhão. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 55-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Roberto de Queiroz para exercer o cargo de Juiz Federal no Ceará. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 74-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Emerson Câmara Benjamin para exercer o cargo de Juiz Federal em Pernambuco. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 73-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Orlando Cavalcanti Neves para exercer o cargo de Juiz Federal em Pernambuco. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 71-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Juarez do Nascimento Fernandes Távora Filho para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Pernambuco. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 7-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Artur Barbosa Maciel para exercer o cargo de Juiz Federal em Pernambuco. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 50-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Jesus Costa Lima para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Ceará. — Senador Carlos Lindenberg — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 168-67 — Do Sr. Presidente da República indicando o nome do Bacharel Salmon de Noronha Lustosa Nogueira para exercer o cargo de Juiz Federal no Piauí. — Senador Eurico Rezende — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 147-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Victor de Magalhães Cardozo Rangel Júnior para exercer o cargo de Juiz Federal no Estado do Rio de Janeiro. — Senador Antônio Balbino — Secreta — 8-3-67.

Mensagem nº 150-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Joviano Caldas de Magalhães para exercer o cargo de Juiz Federal no

Acre — Senador Carlos Lindenberg — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 146-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Akyr de Toledo Leite para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo — Senador Bezerra Neto — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 430-66 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal a Exposição de Motivos do Sr. Prefeito do Distrito Federal, na qual solicita autorização para aquisição no exterior, por intermédio do Ministério da Saúde, de equipamento destinado aos hospitais do Distrito Federal — Senador Bezerra Neto — Parecer favorável — 8-3-67.

Mensagem nº 151-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Mário Mondino para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul — Senador Bezerra Neto — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 163-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Pêrciles Luiz Medeiros Prado para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Santa Catarina — Senador Antônio Carlos — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 164-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Hercílio Aldo da Luz Colaco para exercer o cargo de Juiz Federal em Santa Catarina — Senador Antônio Carlos — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 181-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Romão Rodrigues Silva para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Estado do Rio de Janeiro — Senador Antônio Balbino — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 162-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Paulo Pimentel Portugal para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo — Senador Aurélio Viana — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 165-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Euclides Reis Aguiar para Juiz Federal Substituto no Amapá — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 170-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Mário Mesquita Magalhães para o cargo de Juiz Federal no Amapá — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 8-3-67.

Mensagem nº 24-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Francisco Solano Borges para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul — Senador Antônio Balbino — Secre-
taria — 9-3-67.

Mensagem nº 171-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Adauto José de Melo para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Pernambuco — Senador Eurico Rezende — Secre-
taria — 9-3-67.

Mensagem nº 169-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel José Bolívar de Souza para exercer o cargo de Juiz Federal no Distrito Federal — Senador Eurico Rezende — Secre-
taria — 9-3-67.

Mensagem nº 157-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Augusto Thibau Guimarães para exercer o cargo de Juiz Federal em Roraima — Senador Carlos Lindenberg — Secre-
taria — 9-3-67.

Mensagem nº 158-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel João Augusto do Rêgo Maciel para exercer o cargo de Juiz Federal Sub-

stituto no Distrito Federal — Senador Eurico Rezende — Secre-
taria — 9-3-67.

Mensagem nº 159-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Maurício Paes Barreto para exercer o cargo de Juiz Federal em Rondônia — Senador Carlos Lindenberg — Secre-
taria — 9-3-67.

Projeto de Lei da Câmara nº 18-67 — Dispõe sobre a prisão especial — Senador Eurico Rezende — Aprovado parecer favorável — 9-3-67.

Mensagem nº 172-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Oswaldo Horta Aguiar para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Espírito Santo — Senador Eurico Rezende — Secre-
taria — 9-3-67.

Mensagem nº 173-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Silvério Luiz Nery Cabral para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Roraima — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 10-3-67.

Mensagem nº 174-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Ely Gerahyeb para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Rondônia — Senador Eurico Rezende — Secre-
taria — 10-3-67.

Mensagem nº 177-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Agnelo Amorim Filho para exercer o cargo de Juiz Federal na Paraíba — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 14-3-67.

Mensagem nº 178-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Bacharel Aldyr Guimarães Passarinho para exercer o cargo de Juiz Federal no Estado da Guanabara — Senador Eurico Rezende — Secre-
taria — 14-3-67.

Mensagem nº 199-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Coronel de Artilharia Florimar Campello para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 16-3-67.

Mensagem nº 196-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do General de Divisão Emílio Garrastazú Medice para exercer a função de Chefe do Serviço Nacional de Informações — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 16 de março de 1967.

Ofício SP-9-66 — Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contrair empréstimo junto a "Kreditanstalt für Wiederaufbau", de Frankfurt-Main, com garantia de pagamento e transferência do Governo Brasileiro — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer favorável — 16-3-67.

Mensagem nº 206-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Dr. Haroldo Teixeira Valladão para exercer o cargo de Procurador-Geral da República — Senador Antônio Balbino — Secre-
taria — 29-3-67.

Mensagem nº 208-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Tte. Coronel-Aviador Hélio da Costa Campos para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Roraima — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 29-3-67.

Mensagem nº 209-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do General R/1 Ivanhoê Gonçalves Martins para exercer o cargo de Governador do Território Federal do Amapá — Senador Wilson Gonçalves — Secre-
taria — 29 de março de 1967.

Mensagem nº 210-67 — Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Tte. Coronel R/1 Flávio de Assumpção Cardoso para exercer o cargo de Governador

do Território Federal de Rondônia — Senador Carlos Lindenberg — Secre-
taria — 29-3-67.

Projeto de Decreto Legislativo número 2, de 1967 — Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida em Sessão do 15 de fevereiro de 1962, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao soldado Walter Pereira Barbosa — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer favorável, 29 de março de 1967.

Projeto de Resolução número 52, de 1966 — (D.F. 8-3, de 1966) — OF/GGG-258, de 15 de agosto de 1966 do Governador do Estado da Guanabara solicitando autorização para contrair empréstimo em nome da SURSAN e CADEG com a USAID através da Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COGAP) — Senador Wilson Gonçalves — Aprovado parecer favorável em 29 de março de 1967.

Projeto de Resolução número 79, de 1966 — Fixa a alíquota do imposto sobre a circulação de mercadorias a que se refere o artigo 12 da Emenda Constitucional número 18, de 1965 — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela rejeição, em 29 de março de 1967.

Projeto de Lei do Senado número 4, de 1967 — Estabelece normas para a aplicação que dispõe a letra "a" do artigo 659 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela constitucionalidade, em 29 de março de 1967.

Projeto de Lei do Senado número 3, de 1967 — Modifica a redação do artigo 86 da Lei número 4.215, de 1963, que dispõe sobre o exercício da advocacia pelos servidores aposentados ou em disponibilidade. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer pela rejeição, em 29 de março de 1967.

Projeto de Lei da Câmara número 247, de 1965 — Altera a redação do artigo 63 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). — Senador Antônio Balbino. — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade, em 29 de março de 1967.

Projeto de Lei do Senado número 22, de 1966 — Dá nova redação aos artigos 31 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e 63, do Decreto-Lei número 48.558-A, de 19 de setembro de 1960. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade, em 31 de março de 1967.

Projeto de Lei do Senado número 33, de 1966 — Dispõe sobre pagamento de proventos de servidores públicos civis da União, relativo a processo em curso. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade, em 31 de março de 1967.

Ofício número 1, de 1967-MC do Presidente do Supremo Tribunal Federal na Representação 675, Estado de São Paulo (inconst. do artigo 40, alínea VI da Lei número 1, de 13 de setembro de 1947. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer favorável com. Projeto de Resolução em 31 de março de 1967.

DISTRIBUIÇÃO

Em 3-3-67

Ao Senador Eurico Rezende

Projeto de Lei da Câmara número 27, de 1962 — Regula a emissão e circulação de cheques.

Ao Senador Carlos Lindenberg

Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1967 — Reforma a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União proferida em sessão de 15 de fevereiro de 1962, para efeito de tornar definitivo o registro da concessão

de reforma ao soldado Walter Pereira Barbosa.

Ao Senador Antonio Balbino

Projeto de Lei da Câmara número 247, de 1965 — Altera a redação do artigo 67 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Projeto de Decreto Legislativo número 10, de 1967 — Torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União de registro, sob reserva, da concessão de reforma ao soldado reservista Josias Severino de Freitas.

Ao Senador Petrólio Portela

Projeto de Lei do Senado número 6, de 1964 — Dispõe sobre a inscrição de Profissionais Liberais nos Institutos de Previdência Social.

Projeto de Decreto Legislativo número 5, de 1967 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de locação celebrado entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda de Maceió, Alagoas, e o Senhor Joaquim Antonio de Castro.

Projeto de Decreto Legislativo número 38, de 1966 — Aprova as contas gerais da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS — relativas ao exercício de 1964.

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto de Lei do Senado número 1, de 1967 — Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei número 1.985, de 19 de setembro de 1953.

Ao Senador Bezerra Neto

Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1967 — Reforma decisão denegatória do Tribunal de Contas da União para efeito de tornar definitivo o registro da concessão de reforma ao 2º Sargento Milton Anastácio Alves.

Projeto de Decreto Legislativo número 2, de 1967 — Reforma o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a concessão de reforma do cabo Francisco Canindé de Araújo.

Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1967 — Reforma decisões denegatórias do Tribunal de Contas da União, proferidas nas sessões de 28 de maio, 14 de julho e 30 de agosto de 1965.

Projeto de Lei do Senado número 31, de 1966 — Regula a incidência da proibição contida no § 1º do artigo 15 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.

Ao Senador Josaphat Marinho

Projeto de Decreto Legislativo número 11, de 1967 — Reforma o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a concessão de reforma ao Sargento Carlos Ricardo da Nobrega.

Projeto de Lei do Senado número 19, de 1966 — Regulamento o exercício do direito de preferência estabelecido no artigo 163, § 1º da Constituição Federal e das outras providências.

Projeto de Resolução número 81, de 1964 — 92, de 1965 — Suspendem a execução da alínea "b" do artigo 1º do Livro II do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, por infringência dos artigos 15, inciso IV e 21 da Constituição Federal.

Projeto de Lei da Câmara número 201, de 1963 — Dispõe sobre a assistência à família e das outras providências.

Ao Senador Ruy Palmeira

Projeto de Decreto Legislativo número 7, de 1967 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a concessão de reforma ao Sargento José Poito da Cruz.

Projeto de Lei da Câmara número 173, de 1966 — Concede amparo aos cidadãos matriculados em Tiros de Guerra e outros órgãos de formação de reservistas, vitimados na instrução ou em serviço, e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado número 2, de 1967 — Dispõe sobre os direitos, deveres e reconhecimento dos filhos de qualquer condição.

Ao Senhor Antônio Carlos

Projeto de Lei do Senado número 5, de 1966 — Estende a autarquias estaduais e municipais as normas vigentes sobre prescrição de dívidas passivas e de ações contra a Fazenda Pública.

Projeto de Decreto Legislativo número 9, de 1967 — Torna definitivo o ato do Tribunal de Contas da União, de concessão de reforma ao soldado Luiz Hammes.

Ofício SP-143-65 — Do Presidente do Senado Federal sobre a questão de ordem do Senador Aloysio de Carvalho referente a não publicação, em seguida ao Decreto Legislativo que aprova Tratado Internacional, o texto do ato aprovado.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado nº 33-66 — Dispõe sobre pagamento de proventos de servidores públicos civis da União, relativo a processo em curso.

Projeto de Resolução nº 79-66 — Fixa a alíquota do imposto sobre a circulação de mercadorias a que se refere o art. 12 da Emenda Constitucional nº 18, de 1965.

Projeto de Decreto Legislativo número 6-67 — Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro da concessão de pensão a D. Martinha Monteiro da Silveira.

Em 6-3-67

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 10-P-MC, de 1966, do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia do acórdão da Representação nº 644, do Estado de Sergipe.

Ao Senador Eurico Rezende:

Projeto de Lei da Câmara nº 17-67 — Dispõe sobre a prisão especial.

Em 7-3-67

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Ofício nº 21-P-MC, de 14-11-66 — Do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança número 14.256, do Estado do Ceará, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 6.381, de 18-6-63.

Ao Senador Antônio Balbino:

Ofício nº 20-P-MC, de 14-11-66, do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada

da do Acórdão da Representação número 677, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 4º e parágrafos da Lei número 8.675, de 29-1-65.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 3-67-MC, de 28-2-67, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido pelo Supremo nos autos da Representação número 686, do Estado da Guanabara. (Inconstitucionalidade da Lei nº 817, de 3-8-65.)

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Ofício nº 1-67-MC, de 14-3-67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido pelo Supremo nos autos da Representação nº 675, do Estado de São Paulo (Inconstitucionalidade da Lei nº 1, de 18-9-47).

Em 8-3-67

Ao Senador Bezerra Neto:

Mensagem nº 430-66 — Do Senhor Presidente da República submetendo ao Senado Federal a Exposição de Motivos do Sr. Prefeito do Distrito Federal, na qual solicita autorização para aquisição, no exterior, por intermédio do Ministério da Saúde, de equipamento destinado aos hospitais do Distrito Federal.

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei da Câmara nº 2-65 — Dispõe sobre a regularização de emissões ilegais de títulos e correção monetária na hipótese de mora de devedor.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1967 — Modifica a redação do artigo 86 da Lei nº 4.215, de 1963, que dispõe sobre o exercício da advocacia pelos servidores aposentados ou em disponibilidade.

Em 9-3-67

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Decreto Legislativo número 41-65 — Aprova as contas apresentadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, referentes ao exercício de 1960.

Em 10-3-67

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Lei da Câmara nº 27-52 — Regula a emissão e circulação de cheques.

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado nº 21-65 — Dispõe sobre a profissão de agente de segurança industrial.

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto de Lei do Senado nº 48-65 — Cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil e dá outras providências.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado nº 22-66 — Dá nova redação aos arts. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e o art. 65 do Decreto nº 48.959-A, de 19-9-60.

Em 16-3-67

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Ofício S-3-66 (PR-3-66) do Governador do Estado da Guanabara solicitando autorização para contrair empréstimo em nome da SURSAN e CADEG, com a USAID através da Com. Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP).

Mensagem nº 199-67 — Do Senhor Presidente da República, indicando o Coronel de Artilharia Florimar Campello para exercer o cargo em Comissão de Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.

Mensagem nº 196-67 — Do Senhor Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do General de Divisão Emílio Garrastazú Medice para exercer a função de Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado nº 4-67 — Estabelece normas para a aplicação do que dispõe a letra a do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Ofício SF-9-66 — do Governador do Estado do Ceará, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contrair empréstimo junto a "Kreditanstalt Fur Wiederaufbau", de Frankfurt Main, com a garantia de pagamento e transferência do Governo Brasileiro.

Ao Senador Petrônio Portela:

Requerimento nº DP-163-67 — de Hermes Franco dos Santos, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicita reconsideração do despacho exarado no Processo nº DP-1.460-60.

Em 29-3-67

Ao Senador Antônio Balbino:

Mensagem nº 206-67 do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Dr. Haroldo Teixeira Valladão para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Mensagem nº 208-67 do Senhor Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Tenente-Coronel Hélio da Costa Campos para exercer o cargo de Governador do Território Federal de Roraima.

Mensagem nº 209-67 do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado o nome do General R-1 Ivanhoe Gonçalves Martins para exer-

cer o cargo de Governador do Território Federal do Amapá.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Mensagem nº 210-67 do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal o nome do Tenente-Coronel R-1 Flávio de Assumpção Cardoso para exercer o cargo de Governador do Território Federal do Rondônia.

Em 30-3-67

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto de Resolução nº 38-66 (Of. 9-66-P-MC) do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido no Recurso Extraordinário número 57.467, do Estado de Minas Gerais, como recorrente VEASA — Veículos Engel de Alvenas S. A. e como recorrido Fazenda Pública Estadual, que declara inconstitucional o § 3º, alínea c do item II do art. 104 da Constituição de Minas Gerais.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei do Senado nº 7-67 — Regula a execução do disposto no art. 16, § 2º da Constituição Federal.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Lei do Senado nº 67-67 — Cria o Parque Nacional de Parati e dá outras providências.

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Projeto de Lei do Senado nº 5-67 — Revoga o art. 48 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 314, de 13-3-67.

Em 31-3-67

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Requerimento nº 149-67 — Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando um voto de congratulações pelo transcurso do 40º aniversário do Serviço Postal Aéreo do Brasil, a ser transmitido à Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos e à Direção dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, primeira concessionária desse transporte.

RESUMO

Reuniões:

Ordinárias	2
Extraordinárias	7
Projetos relatados	113
Projetos distribuídos	148
Ofícios expedidos	1
Ofícios recebidos	1
Diligências	1
Pedidos de vista	3
Publicações para estudo	1
Emendas apresentadas	1
Substitutos apresentados	1
Projetos de resolução apresentados	1
Projetos de Decreto Legislativo apresentados	1
Brasília, 31 de março de 1967.	
Maria Helena Bueno Brandão, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça,	

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilaca — (RN)
 Vasconcellos Tôres — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Matos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Mários Martins

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tôres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Brag

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleofas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaca
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Correa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Attilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleofas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermirio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-8.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTES

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Tórres
Carlos Lindenberg

SUPLENTES

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Tórres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTES

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Tórres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTES

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Vilela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTES

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTES

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Secretário: Alexandre Meillo

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTES

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A**TITULARES****SUPLENTE**

Vasconcelos Torres

José Feliciano

Carlos Lindenberg

Antonio Carlos

Arnon de Melo

Manoel Villaga

Paulo Torres

Menezes Pimentel

José Guimard

Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio

Lino de Mattos

Adalberto Sena

Aarão Steinbruch

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A**TITULARES****SUPLENTE**

José Leite

José Guimard

Celso Ramos

Petronio Portela

Arnon de Melo

Domício Gondim

Atílio Fontana

Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A**TITULARES****SUPLENTE**

José Guimard

Lobão da Silveira

Fernando Corrêa

José Feliciano

Clodomir Milet

Filinto Müller

Alvaro Maia

Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 18:00 horas.